

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ECT – EXERCÍCIO 2012

À Sociedade Brasileira,

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício 2012, período em que manteve o ritmo de crescimento, mesmo diante da conjuntura mundial desfavorável, e criou as condições necessárias na busca da transformação da ECT em uma empresa de classe mundial.

Para o atendimento de sua visão, estabelecida no Planejamento Estratégico, de se tornar uma empresa de classe mundial até 2020, foram priorizadas ações estratégicas voltadas para: novos produtos, pessoal, infraestrutura, transporte aéreo, logística integrada, parcerias governamentais, responsabilidade social e qualidade.

Para dar suporte a estas ações, foram realizadas em 2012:

- Contratação de 5.687 novos empregados, totalizando um efetivo de mais de 117 mil empregados;
- Renovação e ampliação da frota de veículos, com a aquisição de 6.159 veículos e com processo em andamento para compra de mais 9.166;
- Construção de novas unidades operacionais, administrativas e de atendimento, bem como reforma e ampliação de várias já existentes;
- Renovação e ampliação do parque tecnológico, com aquisição de 39 mil equipamentos de informática;
- Execução do orçamento de investimentos no valor de R\$ 404 milhões;
- Implantação do novo modelo de estrutura postal, por meio de licitação pública, com a inauguração de 594 agências;
- Valorização do cliente com a reestruturação da Ouvidoria;
- Incentivo à cultura com a reabertura do Museu dos Correios;
- Criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), em atendimento à Lei de Acesso à Informação;
- Reconhecimento do papel relevante que a ECT tem na União Postal Universal (UPU) com representação nos Conselhos de Administração e de Operações Postais para o quadriênio 2013-2016;
- Início da nova parceria no Banco Postal, com o Banco do Brasil, tendo superado a marca de 1 milhão de novas contas.

Na área de responsabilidade socioambiental, deu-se continuidade às parcerias com vários órgãos governamentais no desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades e às diversas discriminações, desenvolvendo ações afirmativas junto aos empregados, mas também colocando a rede de atendimento como veículo de divulgação de campanhas promocionais. Vale destacar a adesão ao Programa Global de Redução de Emissão de Carbono do Setor Postal e também a parceria firmada com a Aeronáutica, visando o fortalecimento da universalização dos serviços postais.

A certeza de que a ECT está no caminho certo para o atingimento das diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff vem dos vários prêmios conquistados durante este exercício, o que reforça a convicção de que em breve os Correios serão uma empresa de classe mundial, mantendo a marca de maior empresa pública empregadora, com presença em todos os municípios brasileiros, cumprindo, com qualidade, sua missão institucional.

1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Estrutura Organizacional básica da Empresa se manteve a mesma em 2012, formada pela Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e 8 Vice-Presidentes.

1.1 - PERFIL DA ECT

Os Correios tiveram sua origem no Brasil em 25 de janeiro de 1663. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi criada em 20 de março de 1969 pelo Decreto-Lei nº 509, regida por legislação federal e por seu estatuto, sediada no Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco A - Brasília - DF, CEP 70002-900, inscrita no CNPJ 034028316/0001-03, de natureza pública de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações.

A Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, permite que a ECT tenha atuação no território nacional e no exterior, bem como que, dentro das atividades compreendidas em seu objeto, constitua subsidiárias e adquira o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, obedecida a regulamentação do Ministério das Comunicações, a ECT pode firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

A infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais (cartas, telegramas e encomendas) e viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos) por meio do Banco Postal.

2. CENÁRIO ECONÔMICO E POSTAL

O ano de 2012 foi marcado pela desaceleração econômica dos países emergentes com consequência direta na queda dos preços das *commodities*, influenciando o desempenho da economia mundial.

Apesar da maior capacidade de resistência do País aos efeitos externos, os impactos decorrentes dessa desaceleração na economia mundial exigiram do governo brasileiro uma série de medidas monetárias, creditícias e fiscais para estimular a economia e reduzir os impactos da crise.

Neste contexto, a inflação desacelerou em relação a 2011, segundo o comportamento do IPCA, mantendo-se dentro da meta estabelecida. A redução da taxa Selic para o seu mais baixo índice da história (7,25% a.a.) e a queda dos *spreads* bancários comandada pelos bancos públicos reduziram o custo dos empréstimos.

Com o dinamismo do mercado interno, há expectativa de que o mercado consumidor brasileiro seja o quinto maior do planeta em 2020 (Fonte: Ministério da Fazenda, Revista Exame, McKinsey e Fecomércio).

As medidas de estímulo à economia, como juros baixos, controle da inflação, câmbio flutuante com menor volatilidade e desoneração e redução de tributos (desoneração da folha, reforma do ICMS, redução do IPI, PIS/COFINS) e do preço da energia constituem-se em fatores considerados por diversos analistas como indicativos de que a economia deverá responder de forma positiva em 2013.

Reforça esta estimativa o elevado investimento direto estrangeiro, que levou o Brasil a ocupar, já em 2012, a quarta posição do ranking dos países que receberam este tipo de investimento, atrás apenas dos EUA, China, Hong Kong (fonte: UNCTAD). Nesse mesmo sentido, pesquisa da Pricewaterhouse Coopers com 1.330 CEOs, que traz citações dos empresários sobre onde planejam ampliar seus negócios nos próximos 12 meses, excluído o país de origem do CEO, coloca o Brasil em terceiro lugar, com 15%, atrás apenas da China e dos EUA.

Em 2012, a inflação oficial, medida pelo IPCA, ficou em 5,84%, ante 6,5% no ano anterior. O Índice de Serviços Postais (ISP), que mensura a inflação da estrutura de custos da ECT, variou em 5,86%, contra 6,31% em 2011.

3. TENDÊNCIAS DO MERCADO POSTAL

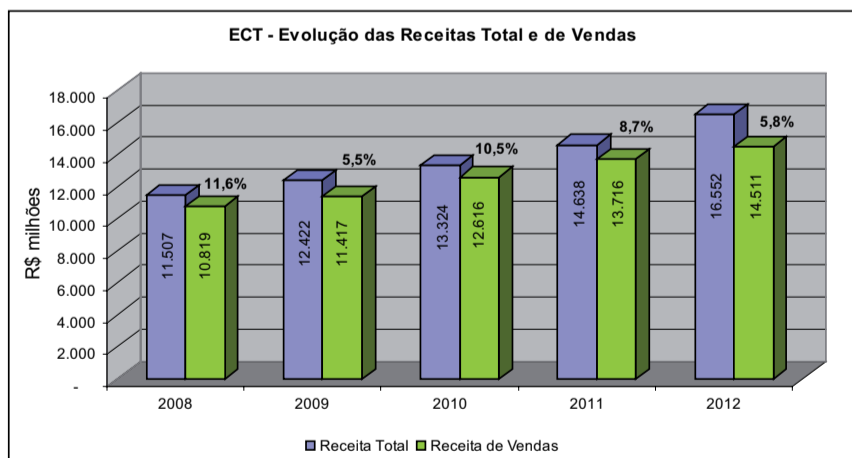
O setor postal tem sido duramente desafiado ao longo dos últimos 20 anos pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Os correios em todo o mundo estão sendo pressionados pelos movimentos em prol do desenvolvimento sustentável, em especial, em relação ao meio ambiente, à conjuntura social e ao equilíbrio econômico-financeiro das instituições postais.

Assim, vários correios têm se revolucionado para continuarem cumprindo seus papéis seculares. Dentre as medidas que estão sendo tomadas pelos correios vanguardistas estão: foco nos clientes (remetentes e destinatários), adoção de modelos sustentáveis de negócio, incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação, gestão de custos, diversificação de negócios, adoção de práticas de gerenciamento já consagradas pela iniciativa privada, revisão de todos os processos para melhorar a produtividade e a eficiência, aumento da automação, mudança da cultura organizacional orientada para o mercado, lançamento sistemático de serviços e produtos com possibilidades de customização, incorporação de novos atributos aos negócios com o objetivo de aumentar a competitividade, inovação em processos, produtos e serviços e definição de políticas claras em relação ao social e ao meio ambiente.

Os correios tidos como os precursores dos processos de transformação também estão se internacionalizando com o objetivo de conquistar novos mercados. Essa estratégia tem o propósito de possibilitar a prestação de soluções integrais aos clientes com apenas uma ou poucas interlocuções. Esse processo tem sido realizado mediante a compra de empresas e/ou de participações acionárias em todo o mundo.

4 – RESULTADOS

A ECT, ao longo dos últimos cinco anos, apresentou expansão de seus negócios com aumento de 49,64% na sua receita de vendas e de 62,34% em sua receita total, se comparada ao desempenho médio do produto nacional no mesmo período, que foi de 11,3%. Esta evolução representou um adicional de faturamento médio anual, em receita de vendas, de cerca de R\$ 738 milhões.



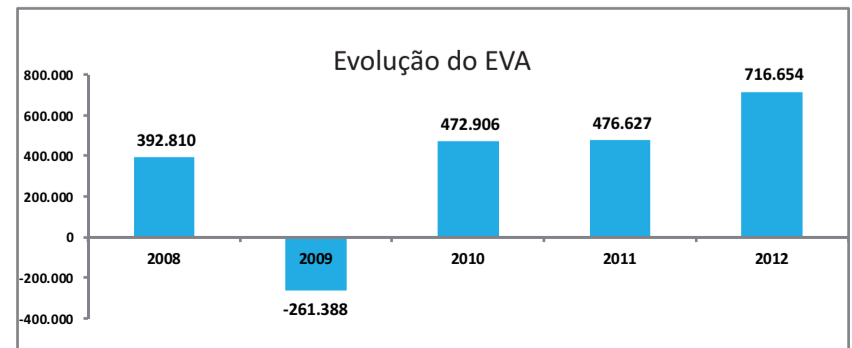
Analisando o desempenho das receitas totais da ECT entre 2008 e 2012, é possível verificar que, dos R\$ 5 bilhões de recursos gerados, 73,2% são provenientes da expansão das vendas de produtos e serviços postais.

Relativamente ao desempenho das receitas de vendas de produtos e serviços postais, houve crescimento de 5,8% quando se compara os resultados com os de 2011. Destaca-se que a receita de vendas totalizou R\$ 14,5 bilhões, representando 92,9% do resultado de vendas desejado pela empresa.

Podem-se mencionar como destaques na expansão das vendas o faturamento obtido com os serviços de encomendas, que atingiram o montante de R\$ 4,6 bilhões, representando uma variação de 9,55% em relação a 2011, e o crescimento de 5,78% no serviço Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), que representou 31,4% da receita de vendas da empresa, atingindo R\$ 4,6 bilhões.

As receitas financeiras também contribuíram positivamente para o comportamento da receita total em 2012, com variação de 71,01%, patamar atingido principalmente pelo crescimento da rentabilidade das aplicações financeiras, em função do ingresso de recursos decorrentes da contratação do novo parceiro do Banco Postal.

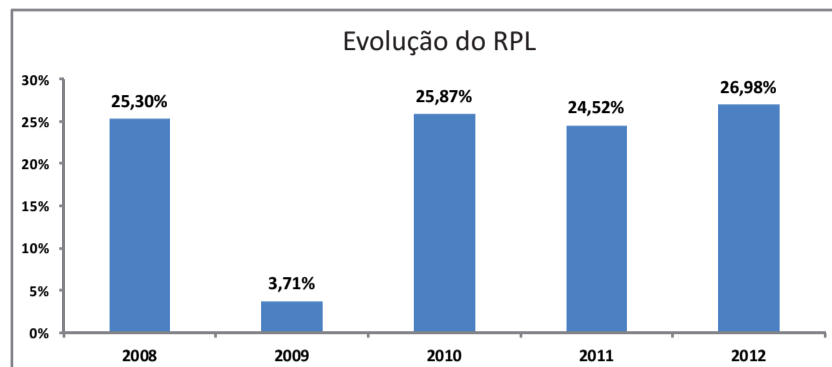
O Valor Econômico Agregado (EVA) acumulado entre janeiro e dezembro foi de R\$ 716,7 milhões, o que representa um crescimento de 50,36% em relação ao mesmo período do ano passado, quando registrou o valor de R\$ 476,6 milhões. Isso se deve à variação positiva do Lucro Operacional Líquido (LOL), de 16,84%, e à redução de 12,79% do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC), com principal influência da taxa básica Selic, que passou de 10,91%, em dez/2011, para 7,29%, em dez/2012, o que representa uma redução de 33,18%.



O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL) acumulado entre janeiro e dezembro ficou em 26,98%, superior 10,04% em

relação ao ano anterior, que foi de 24,52%. A variação corresponde ao Lucro Líquido Acumulado (LL) de R\$ 1,04 bilhão e ao Patrimônio Líquido (PL) do início do exercício, de R\$ 3,87 bilhões. Em 2012, o Lucro Líquido aumentou 18,27% e o Patrimônio Líquido teve variação positiva de 7,48%.

Na análise da Receita Total (RT) de 2012, o fechamento foi de R\$ 16,5 bilhões, superior 13,09% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 14,6 bilhões. Destaca-se a forte influência da rentabilidade das aplicações financeiras, que encerrou 2012 em R\$ 1,1 bilhão, com aumento de 74,96% em relação a 2011, quando fechou em R\$ 629,1 milhões.



A Receita de Vendas (RV) cresceu 5,8%, passando de R\$ 13,7 bilhões em 2011 para R\$ 14,5 bilhões em 2012. Em complemento, a conta Outras Receitas variou 121,53%, de R\$ 922,6 milhões para R\$ 2,04 bilhões, com principais influências de Luvas – Banco Postal, que encerrou o ano em R\$ 565,6 milhões, e de rentabilidade das aplicações financeiras, que variou 74,96%, passando de R\$ 629,1 milhões para 1,1 bilhão.

No âmbito da Despesa Total (DT), o crescimento de 2011 para 2012 foi de 12,82%, passando de R\$ 13,96 bilhões para R\$ 15,75 bilhões, com destaque para a conta Despesas com Pessoal, que registrou o valor de R\$ 8,7 bilhões em 2012, 16,01% maior do que o registrado no ano anterior, R\$ 7,5 bilhões.

Analisando-se o comportamento do RPL da ECT no período 2008-2012, pode-se afirmar que a empresa vem obtendo resultados consistentes, com média superior a 25% anual, ressalvado o ano de 2009, impactado pelo registro da diferença da Reserva a Amortizar do fundo de pensão Postais.

Da mesma forma, quanto ao desempenho econômico, observa-se que a ECT vem apresentando resultados positivos e crescentes quanto à criação de valor, medida pelo indicador EVA, à exceção de 2009 pelos motivos expostos anteriormente, em consonância com o planejamento estratégico. Tais fatos demonstram a capacidade de a ECT expandir de forma contínua suas atividades, por meio da geração positiva de resultados, bem como financiar seus investimentos com recursos próprios.

5 - NEGÓCIOS

O mercado postal foi mapeado em relação às oportunidades de novos negócios e ao monitoramento da concorrência. Diversos estudos e pesquisas deram suporte para identificar a satisfação do cliente, dimensionar o potencial de vendas para os segmentos de mercado e revisar o mix de marketing dos produtos e serviços dos Correios. Nesse sentido, foram realizadas análises para identificar as principais oportunidades de negócios durante a Copa do Mundo e para dimensionar o potencial de mercado da logística reversa pós-consumo.

Banco Postal

O Banco Postal, operando em conjunto com o novo parceiro, Banco do Brasil, constitui a maior rede de atendimento em serviços bancários disponibilizada à sociedade brasileira. Presente em 5.241 municípios e perfazendo uma cobertura de 94,3 % do total, segue firme em sua missão de atuar como importante instrumento de inclusão financeira e agente participativo na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Em 2012, no primeiro ano da parceria, foram abertas 1.105.520 contas, tendo sido realizadas mais de 100 milhões de transações, resultando à ECT uma receita de R\$ 225 milhões.

Encomendas

O segmento de encomendas foi marcado por melhorias ocorridas nos diversos serviços:

- Ampliação de peso e dimensões das encomendas nacionais;
- Realização de testes mercadológicos para lançamento, em janeiro de 2013, do SEDEX 12 - serviço de remessa expressa de documentos e mercadorias com entrega garantida até as 12 horas da manhã do dia útil seguinte ao da postagem;
- Disponibilização de ferramenta, via internet, para o gerenciamento das postagens pelos clientes com contrato do segmento de encomendas - SIGEPWEB. O sistema possui diversas funcionalidades, dentre as quais: pré-postagem, endereçamento de objetos, validação de CEP, histórico e rastreamento de encomendas etc.
- Realização de ações de incentivo ao comércio eletrônico, capacitando mais de cinco mil micro e pequenas empresas em todo o Brasil por meio dos eventos do Ciclo-MPE.Net, em conjunto com a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net) e outras importantes empresas do setor.

Destacam-se os desempenhos alcançados pelos segmentos de encomendas:

- Encomendas Expressas: Alcançou uma receita financeira de R\$ 3,78 bilhões, o que significou um crescimento de 3,88% em relação ao período anterior. O volume de postagem de encomendas expressas alcançou o patamar de 187 milhões.
 - O SEDEX obteve uma elevação no faturamento de 3,77% em relação ao período anterior;
 - O e-SEDEX experimentou um crescimento de 26% no faturamento, percentual maior do que a projeção realizada pela Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico para o ano de 2012, que seria a expansão do mercado brasileiro na casa dos 22%. Isto demonstra que os Correios ampliaram sua participação no comércio eletrônico, mantendo a posição de liderança no segmento.
- Segmento de Encomendas Econômicas:

Alcançou uma receita financeira de R\$ 740 milhões, o que significou um crescimento de 25,56% em relação ao período anterior. O volume de postagem chegou ao patamar de 45 milhões.

Mensagem e Marketing Direto

A implantação nacional do serviço V-Post para o segmento de justiça demonstra a capacidade da empresa em responder, de forma inovadora, às demandas de mercado.

Houve a modernização do segmento de marketing direto, com o lançamento das modalidades Mala Direta Postal Básica e da Mala Direta Postal Especial.

Internacional

A empresa participou ativamente das atividades da União Postal Universal (UPU), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP) e da Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP). A ECT participou do 25º Congresso da UPU, realizado no Catar, ocasião em que o Brasil foi eleito para o Conselho de Administração e o Conselho de Operações Postais daquela instituição. A ECT recebeu, em Belo Horizonte, a Assembléia Geral e o Fórum Anual da AICEP, da qual ocupa uma das Vice-Presidências no triênio 2012-2014. No que tange às relações bilaterais, a ECT assinou memorandos de colaboração com os correios de Cuba, da Itália e com o Grupo La Poste (França). Assinou, ainda, por ocasião da Rio+20, instrumento de adesão ao sistema de proteção ambiental Environmental Measurement and Monitoring System (EMMS) da International Post Corporation (IPC), juntando-se aos grandes operadores postais mundiais no monitoramento, controle e redução das emissões de gás carbônico.

Para fazer frente ao elevado crescimento da importação de produtos do exterior, a ECT remodelou os processos operacionais e tecnológicos do serviço Importa Fácil, de forma a oferecer aos clientes uma gestão mais efetiva de suas aquisições. Também para melhoria dos processos de importação, foi criado um novo Centro de Tratamento do Correo Internacional, em Curitiba, com nova planta operacional direcionada à nacionalização (processo aduaneiro) de pequenas encomendas, especialmente aquelas decorrentes do *e-commerce* internacional.

Na exportação, após estudos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a correios de outros países, foi realizado o piloto do envio de remessa ao exterior de encomendas contendo material biológico por laboratórios certificados e universidades.

Foi iniciada a implantação de um novo sistema de postagem do correio internacional, que dá suporte ao atendimento de serviços internacionais nas agências dos Correios. Este sistema, além de oferecer as informações necessárias a postagens dos serviços, capta os dados necessários para agilizar os procedimentos operacionais e aduaneiros, tanto no Brasil quanto no exterior.

Filatelias e Conveniência

A Filatelia projeta os Correios no mercado nacional e internacional por meio da emissão de selos e de outros produtos afins. Em 2012, os Correios promoveram o lançamento de 23 emissões de selos comemorativos e especiais focalizando motivos temáticos associados a personalidades, artes, fauna, flora, meio ambiente, arquitetura e cultura, dentre outros.

A 21ª Lubrapex, a mais antiga exposição filatélica bilateral do mundo, foi realizada no Centro Histórico dos Correios, em São Paulo, com a participação de Portugal, Angola e Macau.

Em relação aos serviços especiais, destaca-se a implantação do serviço de Pedidos de Vistas e Cópia de Redação do ENEM, com o cliente INEP, e a expansão do serviço de Solicitação do Seguro Obrigatório (DPVAT) para os Estados de MG, GO, SC, RS e PA, o qual permite ao segurado dar entrada no pedido dos serviços de indenização por invalidez permanente, reembolso médico-hospitalar e indenização por morte.

6 - QUALIDADE E CONFIANÇA

Os resultados da Pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional 2012 demonstraram que os Correios continuam entre as três instituições em que os brasileiros mais confiam, ficando atrás apenas da família e dos bombeiros. Além disso, oito em cada 10 clientes consideram o serviço prestado "eficiente/muito eficiente".

A qualidade operacional atingiu o índice de 92,73% dos objetos postais entregues dentro do prazo, segundo o Índice de Qualidade Operacional (IQO). Sua composição abrange os seguintes segmentos: mensagens, encomendas, logística integrada e serviço postal internacional.

Quanto às metas de qualidade dos serviços postais básicos previstos pela Portaria 566/2011 do Ministério das Comunicações, a ECT alcançou resultados favoráveis, o que permitiu assegurar a disponibilidade de prestação de tais serviços em todo o território nacional e em níveis de qualidade adequados, conforme estabelecido pela referida portaria.

Natureza do objeto	Percentual de entrega (Meta)	Prazos a partir da efetiva data de postagem ou hora de expedição	Quantidade de Objetos		% PRT-566 ⁽³⁾ (c)
			TOTAL ⁽¹⁾ (a)	PRT-566 ⁽²⁾ (b)	
Carta e cartão-postal, simples e registrados	95%	Até 5 dias úteis ⁽⁶⁾	6.658.113.470	6.403.799.370	96,2%
Carta e cartão-postal simples postados e destinados à mesma UF	90%	Até 2 dias úteis ⁽⁶⁾	3.074.230.170	2.996.231.138	97,5%
Carta e cartão-postal registrados postados e destinados à mesma UF	90%	Até 3 dias úteis ⁽⁶⁾	71.677.156	66.729.420	93,1%
Impresso simples e registrado	95%	Até 10 dias úteis ⁽⁶⁾	2.001.001.788	1.947.591.668	97,3%
Impresso simples e registrado postado e destinado à mesma UF	90%	Até 4 dias úteis ⁽⁶⁾	941.474.414	930.175.260	98,8%
Encomenda não urgente	95%	Até 10 dias úteis ⁽⁶⁾	41.480.120	40.255.418	97%
Encomenda não urgente postada e destinada à mesma UF	90%	Até 4 dias úteis ⁽⁶⁾	7.551.177	7.145.708	94,6%
Telegrama postado entre 8h e 17h dos dias úteis	95%	Até 4 horas ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	6.529.721	6.251.455	95,7%

(1) Quantidade total de objetos no período;
(2) Quantidade de objetos cujo prazo padrão da ECT é igual ao estabelecido na Portaria/MC nº 566/2011;
(3) Percentual de objetos entregues no prazo estabelecido na Portaria/MC nº 566/2011 (c = b / a * 100)
(4) Para localidades com população inferior a 50 mil habitantes, o horário limite de expedição para o telegrama a ser entregue no mesmo dia será o das 12 horas;
(5) Para telegramas expedidos no balcão de unidade de atendimento, são acrescidos 30 minutos nos horários mencionados no prazo de entrega;
(6) A contagem de dias úteis se dará de segunda a sexta-feira.

7 – PRÊMIOS

A ECT recebeu os prêmios: “Época Negócios 100 – As Empresas de Maior Prestígio do Brasil em 2012”, no setor de Serviços, pela quinta vez consecutiva; “Melhor empresa prestadora de serviços públicos do País”, do Jornal Brasil Econômico; “Empresa que mais respeita o consumidor brasileiro” na categoria Serviços Públicos (Prêmio Revista Consumidor Moderno - Editora Padrão); além de ter recebido, pela décima primeira vez consecutiva, o “Prêmio Marcas de Confiança”, promovido pela revista Seleções do Reader’s Digest. Os Correios também ficaram entre as 30 primeiras empresas do ranking “Valor 1000”, de acordo com a classificação do Valor Econômico das melhores empresas do Brasil; foram eleitos uma das 20 empresas mais influentes do País, de acordo com a pesquisa Thought Leaders 2012 – As Empresas Mais Influentes do Brasil – (no ranking que considera apenas as empresas brasileiras, os Correios ficaram na 6ª colocação) e ficaram entre as 20 maiores empresas do setor de serviços do Brasil, de acordo com a classificação feita pela “Melhores e Maiores” da Revista Exame. Os Correios ainda receberam o prêmio “Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2012”, na categoria Logística e Transporte.

8 - EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A empresa iniciou um amplo programa de remodelagem e redimensionamento da atual plataforma de tratamento, modelagem do novo *data center* (Centro Integrado de Tecnologia e Controle Operacional), bem como renovação e ampliação do parque de informática, adquirindo mais de 39 mil equipamentos operacionais, administrativos e de atendimento.

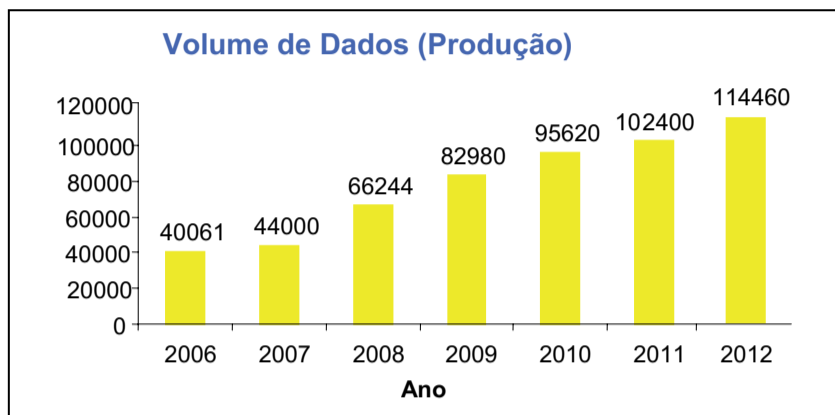
Foi aprovado o redimensionamento da Rede de Tratamento Automatizada. Para isso, serão construídos e equipados 14 novos centros e modernizadas outras 11 unidades.

O processo de contratação da modernização e expansão do parque de máquinas de triagem automática foi iniciado com a realização de audiência pública e pesquisa de preços internacional, de forma a permitir a realização dessa contratação já em 2013.

Cabe destacar que, para implementação do programa, foi adquirido o contrato de Terreno em Vitória, onde será construído o novo centro; foi concluída a licitação para construção do Centro de Tratamento de Têxtil e já foi iniciado o processo de locação de imóveis sob medida (BTS) de outras seis unidades de tratamento.

Com essas ações, os Correios se preparam para suportar novos negócios, agilizar os processos internos, garantir performance, segurança e modernização, atendendo clientes cada vez mais exigentes.

A infraestrutura de recursos de tecnologia da informação corporativa da ECT está hospedada em dois Centros Corporativos de Dados (CCDs). O ambiente tecnológico vem periodicamente aumentando o volume de dados ativos de TI, hoje com mais de 114 terabytes, a saber:



Na área de atendimento, destaca-se a implantação das novas Agências Franqueadas, requerendo a adequação de vários sistemas para viabilizar o novo modelo comercial.

No aspecto da gestão administrativa, o Sistema de Gestão Empresarial (ERP) incorpora sistematicamente, a cada ano, novos processos de retaguarda das áreas financeira, de pessoas, administrativa, comercial, tecnológica e operacional. No decorrer de 2012, amplo avanço foi dado na questão do faturamento executado por meio daquela plataforma.

No plano de desenvolvimento de sistemas, a ECT continua fazendo uso do modelo de fábricas de software, provendo melhor produtividade e eficiência às soluções corporativas de Tecnologia da Informação que sustentam as vertentes de negócio e de logística/operacional.

Destaca-se positivamente a migração para o novo parceiro comercial no Banco Postal, em operação a partir de janeiro de 2012.

O Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO) aportou inovações relevantes, dentre as quais o projeto piloto do uso de aparelhos de telefonia celular pelos carteiros, que atualizarão as informações, em tempo real, de entrega e distribuição de objetos qualificados.

9 - INFRAESTRUTURA

Foram investidos R\$ 182 milhões em 612 obras de infraestrutura e aquisição de terrenos, sendo 501 na área de atendimento, 85 operacionais e 22 administrativas, propiciando a melhoria da qualidade e da produtividade operacional dos serviços prestados pela ECT, além de conforto e segurança aos seus clientes e trabalhadores.

A infraestrutura da ECT possui cerca de 7.500 edificações (próprias e de terceiros), com aproximadamente três milhões de metros quadrados construídos. A automação postal conta com 122 máquinas para triagem e direcionamento de cartas e encomendas, além de diversificado parque com mais de 500 mil equipamentos convencionais e de sistemas prediais.

A área de transporte da ECT é constituída dos modais aéreos e de superfície e dispõe da seguinte estrutura de recursos:

TIPO	PRÓPRIOS	LOCADOS	TERCEIRIZADOS	TOTAL
Aeronaves	0	0	23	23
Veículos*	19.918	2.552	4.236	26.706

(*) Motos, furgões e caminhões

A fim de assegurar melhores condições ao serviço de transporte de carga, foram adquiridos 6.159 veículos, sendo 5.515 motos, 612 furgões e 32 caminhões, com investimento total de R\$ 59 milhões.

As linhas de transporte dos Correios totalizam 1 milhão de quilômetros rodados por dia, o que corresponde a aproximadamente 25 voltas na Terra a cada 24 horas.

Compõem também a estrutura logística da empresa 9.950 unidades especializadas nas atividades de tratamento, distribuição, transporte, logística e telemática:

TIPO DE UNIDADE	QUANTIDADE
Tratamento	58
Distribuição	9.817
Transporte	49
Logística	23
Telemática	3
TOTAL	9.950

Em 2012, 14 mil operadores de triagem e transbordo e 59 mil carteiros trataram e distribuíram, em média, 36 milhões de objetos diariamente, entre mensagens, encomendas e malotes. Para esse trabalho, a ECT contou com 9.817 unidades de distribuição e mais de 26 mil veículos espalhados pelo País.

10- INVESTIMENTOS

Com foco no objetivo de aprimoramento dos serviços postais, a ECT deu continuidade aos seus esforços na constante busca de melhor adequar a sua infraestrutura de atendimento, tratamento, logística e distribuição. Para isso, realizou investimentos, nos últimos cinco anos, de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, sendo que, em 2012, o montante investido atingiu R\$ 404 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas finalísticos - que contribuem para a universalização dos serviços postais - e ações de apoio, que têm por objetivo manter e dar continuidade aos investimentos já realizados.

Quanto ao esforço contínuo dos Correios para melhoria da qualidade dos serviços, foram investidos R\$ 213,2 milhões na manutenção da infraestrutura operacional, o que inclui modernização, acessibilidade e instalação de equipamentos e mobiliários em infraestrutura de tratamento, distribuição e logística.

Adicionados a esses investimentos, somam-se R\$ 73,5 milhões em manutenção e adequação de ativos de informática e R\$ 99 milhões referentes à ampliação/renovação da frota, com destaque ainda para os investimentos em 612 obras de infraestrutura e aquisição de terrenos, sendo 501 na área de atendimento, 85 na operacional e 22 na administrativa, propiciando a melhoria da qualidade e da produtividade operacional dos serviços prestados pela ECT, além de conforto e segurança a seus clientes e trabalhadores.

11 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A ECT, comprometida com a questão socioambiental, desenvolve programas com vistas a, continuamente, aprimorar e diversificar sua atuação para assegurar o desenvolvimento e bem estar da sociedade. Alguns programas merecem destaque: Jovem Aprendiz dos Correios: A capacitação profissional é realizada por meio de Acordo de Cooperação firmado com o SENAI. Participaram do programa, em 2012, 3590 aprendizes em todo Brasil.

Apenas: Consiste em proporcionar a apenados, em regime aberto ou semiaberto, oportunidade de reinserção social e experiência profissional mediante convênios com as Secretarias de Estado da Justiça. Os Correios contaram, em 2012, com 119 apenados. Ainda foi assinado acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Começar de Novo, que prevê expansão do programa com mais vagas e inclusão de qualificação profissional.

Vira Vida: Acordo de cooperação com o Conselho Nacional de SESI com o objetivo viabilizar a capacitação e empregabilidade de jovens vítimas de exploração sexual. Em 2012, os jovens provenientes do VirarVida foram incluídos nos Programas Jovem Aprendiz e de Estágio.

Continuidade dos programas ONU Mulheres (Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres), Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República e Pró-Equidade de Gênero e Raça dos Correios, com diversas ações de promoção dos temas, como encontros, fóruns, seminários e exposições.

Papai Noel dos Correios: Em 2012 foram recebidas 964.315 cartas, das quais 460 mil foram adotadas. 2.720 escolas e instituições participaram da campanha, estabelecendo-se 1.164 parcerias com órgãos públicos e empresas.

Concurso Internacional de Redação de Cartas: Participaram do 41º concurso 2.684 redações de 1.499 escolas públicas e privadas.

Centro Vocacional e Tecnológico Correios: 1.620 alunos concluíram os cursos profissionalizantes e participaram de turmas para educação de jovens e adultos nos ensinamentos fundamental e médio.

O Ecopostal, ao doar para cooperativas 15.751 malotes e 16.563 uniformes usados, contribuiu para a geração de emprego e renda, beneficiando 570 integrantes e contribuindo para a redução da emissão de CO2.

Como desdobramento dos patrocínios aos esportes aquáticos, ao futsal e ao tênis, promoveu-se a inserção social de 11 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Dos investimentos em patrocínio, destacam-se projetos que tiveram desdobramento social, como o “Movimento Down - Ações para o Desenvolvimento Autônomo”, que tem por objetivo apoiar as pessoas com Síndrome de Down e suas famílias para o melhor desenvolvimento de seus potenciais e a conquista de uma vida autônoma.

Com foco na área cultural: “Cinema da Gente” realizado nas comunidades de Santa Marta, Coroa/Fallet-Figueiredo, Borel, Chapéu Mangueira/Babilônia, Providência, São Carlos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Macaças, no Rio de Janeiro, beneficiando cerca de 10 mil pessoas; “Caminhos da Leitura” – evento cultural itinerante com foco no Incentivo à Leitura que beneficiou mais de 500 mil participantes; “Música na Estrada”, nas cidades de Rio Branco/AC, Palmas/TO, Boa Vista/RR, Teresina/PI, João Pessoa/PA e Macaé/AL, que beneficiou mais de cinco mil pessoas com apresentações gratuitas de música clássica.

A Coleta Seletiva Solidária beneficiou aproximadamente 110 associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com a destinação a estas entidades de 1.958 toneladas de papel para reciclagem, contribuindo, assim, para a não derrubada de 38 mil árvores.

O Projeto “Desafio Ambiental – Plantio de Mudanças de Árvores” superou a meta com o plantio de 118.047 mudas árvores, nos últimos dois anos, em praticamente todo o território nacional.

Com a prática da gestão de resíduos sólidos gerados pela empresa, foram destinados, de forma ambientalmente adequada: 1.958 toneladas de papel, 838 toneladas de plástico, 124 toneladas de metal, 35.859 toners, 17.412 pneus, 53.799 lâmpadas fluorescentes, 19.987 litros de óleos lubrificantes, 4.498 baterias de veículos e 2,3 toneladas de lixo hospitalar.

Prática de compra sustentável com aquisição de 164 mil resmas de papel reciclado, atingindo o percentual de 22% do total de resmas A4 adquiridas pela empresa.

Na operação, os Correios utilizaram veículos elétricos de calçadão (VEC) - modalidade de equipamento movido a bateria elétrica recarregável, desenvolvido especialmente para a ECT transportar até 300 kg de carga postal - em Curitiba (PR) e em Porto Alegre (RS) e pretendem expandir o uso do veículo para algumas cidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os Correios firmaram contrato de comodato para a realização de testes com motocicletas elétricas na distribuição de cartas e encomendas. Os testes serão realizados em 2013.

12 - PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A distribuição do livro didático é resultado de uma parceria entre a ECT e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), considerada a maior operação logística da empresa. A operação 2012/2013 registrou o envio de 132,6 milhões de livros, acondicionados em 13,7 milhões de encomendas para atender 38 milhões de alunos de 147 mil instituições de ensino da rede pública.

Os Correios prestaram, pelo quarto ano consecutivo, com 100% de eficiência, os serviços de entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todo o Brasil. Na operação para distribuição e coleta de 6,25 milhões de provas por dia em 11 mil escolas, a ECT movimentou 830 toneladas de material, com emprego direto de uma estrutura composta de 12 mil empregados, 714 unidades distribuidoras e 10 mil rotas de transporte.

13 - RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Os Correios trabalham cada vez mais seus canais de atendimento para que o cliente tenha à disposição ferramentas de fácil acesso a informações. Com o objetivo de padronizar as ações de relacionamento com o cliente desde o atendimento (captação de manifestação, por meio telefônico, eletrônico etc), passando pelos processos de apuração, análise e respostas aos clientes, até os procedimentos de pagamento de indenização (quando couber), a ECT criou a Central de Relacionamento com o Cliente em abril de 2012.

O atendimento às manifestações aos clientes é feito por meio dos dois sites de *contact center* e do portal dos Correios. Foram tratadas mais de 11 milhões de demandas, sendo 5,9 milhões registradas por telefone na Central de Atendimento dos Correios (CAC), 3,5 milhões pela internet e 1,76 milhão pela mídia dos clientes também na CAC. A demanda mais tratada foi pedido de informação sobre objeto postado, com 26% de participação.

Dentre os resultados alcançados, destacam-se a Evolução da Produtividade no Tratamento das Manifestações, de 74% em maio para 82% de manifestações respondidas em 5 dias em dezembro, e a superação da meta de Satisfação do Cliente com o Atendimento da Central de Atendimento, com 106% de atingimento.

Além desses resultados satisfatórios, iniciaram-se projetos e ações importantes, que visam aprimorar a qualidade no relacionamento com o cliente, conforme a seguir:

- Atendimento Especial Remessa Expressa

O serviço especial aos clientes de remessa expressa iniciou-se em abril e proporciona atendimento padronizado, corporativo e diferenciado aos clientes da modalidade de remessa expressa – talão/cartão. O serviço consiste na comunicação imediata aos clientes sobre ocorrências de roubo de carga, para que haja o bloqueio dos cartões, evitando assim prejuízos tanto para os clientes como para os usuários dos cartões.

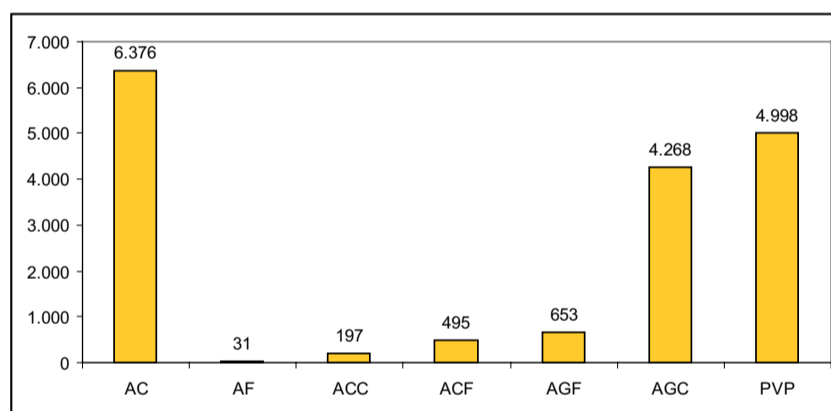
- Célula de Atendimento Pós-Vendas

A célula corporativa da CAC, exclusiva para o atendimento dos clientes estratégicos e corporativos, estabelece uma relação direta e diferenciada entre a ECT e os clientes, com a priorização do tratamento das manifestações e o acompanhamento de todo o processo: tratamento, análise e conclusão.

O portal Correios (www.correios.com.br), cujo foco é priorizar negócios e facilitar o acesso a serviços, produtos e informações, possibilita ainda ampliar a visibilidade dos produtos e serviços no exterior e consolidar a marca e a credibilidade dos Correios na internet. Em 2012, foram cerca de 50 milhões de visitas por mês, acréscimo de 25% em relação ao ano anterior. O portal é o segundo mais popular entre os sites de correios no mundo e situa-se entre os 35 sites mais visitados pelos brasileiros atualmente.

O Blog dos Correios foi uma das primeiras iniciativas da empresa para ocupar espaço nas mídias sociais, com o objetivo de aumentar a transparência da gestão corporativa e favorecer a divulgação de notícias e o diálogo com as diversas esferas da sociedade. Em 2012, teve 2.294.178 acessos, publicou 419 posts e 4.790 comentários. Produtos, serviços, modernização da empresa, patrocínio e sustentabilidade foram alguns dos principais temas abordados.

14 - REDE DE ATENDIMENTO



Legenda:

- ▲ AC – Agência de Correios
- ▲ AF – Agência Filatélica
- ▲ ACC – Agência de Correios Comercial
- ▲ ACF – Agência de Correios Franqueada
- ▲ AGF – Agência de Correios Franqueada
- ▲ AGC – Agência de Correios Comunitária
- ▲ PVP – Posto de Vendas de Produtos

Conforme estabelece a Portaria 384/2011, do Ministério das Comunicações, a Rede de Unidades de Atendimento dos Correios passou a ter a configuração conforme gráfico, totalizando 17.018 unidades de atendimento.

O atendimento postal foi levado a mais 29 localidades, por meio de 30 agências próprias (AC), cuja instalação teve como objetivo a expansão da rede própria e os serviços postais básicos. Por meio de agências comunitárias (AGC), o serviço postal foi levado a mais 210 distritos, até então desprovidos de atendimento postal, e o número total de distritos atendidos atingiu 2.954, superando a meta estabelecida pelo Ministério das Comunicações de prestação do serviço de atendimento postal a 2.894 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes no ano de 2012. Essas ações visavam atender ao conceito de universalização dos serviços postais básicos.

Assim, o foco dessas unidades é a universalização do atendimento, que consiste em levar os serviços postais e bancários básicos, visando o desenvolvimento das localidades e a inclusão social de sua população. Dessa forma, os Correios se caracterizam como instrumento governamental de desenvolvimento social e econômico.

Ainda sobre a rede de atendimento, ressalta-se que, das 653 AGFs, 592 foram inauguradas em 2012. Além disso, com o ajuste do edital de licitação das unidades franqueadas, cuja publicação ocorreu em 2011, encontra-se em andamento o processo de licitação e escolha das demais AGFs, que substituirão as atuais ACFs.

O Banco Postal busca atender a todos os brasileiros, em especial, aqueles que residem em pequenos municípios desprovidos de serviços bancários. Do total de 6.376 unidades próprias (AC) presentes nos municípios brasileiros, 97,52% prestam serviço de correspondente bancário, o que perfaz um total de 6.218 agências.

15 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO NAS CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

Os processos de contratação e os contratos estão disponíveis no portal Correios, para controle e transparência dos procedimentos pela sociedade. Dos valores licitados e homologados em 2012, 98,47% foram realizados por meio de pregão eletrônico. Houve ainda 2.569 processos licitatórios na ECT, que geraram contratações no valor de R\$ 3,395 bilhões.

16 – PESSOAS

A ECT obteve autorização para aumentar seu efetivo em 9.904 vagas, das quais 3.302 em 2012, encerrando o ano com um quadro próprio de 117.204 empregados e mantendo-se no rol das maiores empregadoras do País. As vagas restantes serão incorporadas ao quadro próprio em 2013.

Com o objetivo de promover melhores condições para a empresa atingir o objetivo estratégico de alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial, a Universidade Corporativa dos Correios e as unidades regionais de educação ministraram cerca de 6,5 milhões de horas de treinamento com um investimento de R\$ 29,5 milhões. O convênio firmado com o SENAI proporcionou um investimento de R\$ 2,5 milhões em ações de educação. Para ampliar a qualificação profissional dos empregados, foram distribuídas 3.200 bolsas de estudo para cursos de idiomas, graduação e pós-graduação.

Pelo Plano CorreiosSaúde, foram atendidas, com assistência médica, hospitalar e odontológica, mais de 390 mil pessoas, dentre empregados, aposentados e dependentes.

O Instituto de Seguridade Social dos Correios (Postais) oferece benefícios de previdência complementar a 128.782 participantes, sendo 110.983 em atividade e 17.799 aposentados e pensionistas.

17 - PERSPECTIVAS PARA 2013

O ano 2013 será caracterizado por grandes transformações e investimentos, de acordo com as metas e objetivos desenhados no Plano Estratégico. Para tanto, segundo projeções realizadas pela ECT, estima-se que a receita de vendas irá atingir o patamar de R\$ 17,337 bilhões, possibilitando assim uma maior participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, a geração de valor e um equilíbrio entre as receitas dos segmentos concorrencial e não concorrencial, minimizando os impactos da vulnerabilidade postal.

18 – AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados pelos Correios em 2012 dão a certeza de que a empresa está no caminho certo, em busca do objetivo de tornar-se até 2020 uma empresa de classe mundial.

A Diretoria Executiva expressa esta convicção a partir da percepção das respostas positivas que têm sido dadas pelos seus parceiros, fornecedores e instituições governamentais e, principalmente, seus clientes.

Assim, a Diretoria Executiva agradece a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da nossa empresa.

Reconhecimento significativo aos trabalhadores dos Correios, os verdadeiros responsáveis pelos resultados alcançados.

Brasília, 25 de março de 2013.

A Diretoria

Wagner Pinheiro de Oliveira
Presidente

Luis Mario Lepka
Vice-Presidente Econômico-Financeiro

José Furian Filho
Vice-Presidente de Logística e Encomendas

Antônio Luiz Fuschino
Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura

Nelson Luiz Oliveira de Freitas
Vice-Presidente de Administração

Larry Manoel Medeiros de Almeida
Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

Cleucio Santos Nunes
Vice-Presidente Jurídico

Maria da Glória G. dos Santos
Vice-Presidente de Clientes e Operações

Morgana Cristina Santos
Vice-Presidente de Negócios

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO	Nota	2012	2011
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Circulante		3.571.973	3.165.389	Circulante		3.077.890	3.022.634
Disponível	4	1.775.033	1.317.216	Fornecedores	12.1	660.801	509.151
Caixa	4.1	1.033	368	Salários e Consignações	12.2	911.826	798.368
Bancos	4.2	6.134	8.903	Encargos Sociais	12.3	444.000	392.798
Aplicações	4.3	1.767.866	1.307.945	Impostos e Contribuições	12.4	132.976	559.452
Créditos	5	1.418.790	1.270.334	Arrecadações e Recebimentos	12.6	44.476	48.082
Estoques	6	58.366	45.875	Adiantamentos de Clientes	12.7	11.648	9.048
Despesas Antecipadas		-	247	Contas Internacionais a Pagar	12.8	44.087	52.522
Outros Valores e Bens	7	319.784	531.717	Precatórios Judiciais	12.9	55.302	51.850
Adiantamentos	7.1	111.745	95.818	Provisões	12.10	-	13.624
Valores a Compensar	7.2	172.150	415.110	Empréstimos e Financiamentos	12.11	16.619	23.428
Cobrança Jurídica/Inadimplência	7.3	5.720	3.850	Participação nos Lucros e Resultados	12.12	129.307	42.280
Valores a Apurar	7.4	7.561	5.890	Receitas Recebidas Antecipadamente	12.13	588.987	483.500
Outros Créditos	7.5	22.608	11.049	Outros Débitos	12.14	37.861	38.531
Não-Circulante		6.882.539	7.365.483	Não-Circulante		3.239.806	3.611.554
Realizável a Longo Prazo	8	5.415.284	5.950.790	Empréstimos e Financiamentos	12.11	6.258	22.766
Aplicações	4.3	4.213.955	4.685.347	Postalís Reservas a Amortizar	13.1	899.404	1.175.593
Imóveis Funcionais Vendidos	8.1	2.117	2.371	Passivo Contingente	13.2	507.389	450.483
Tributos Diferidos	8.2	893.365	925.357	Tributos Compensados	13.3	123.066	120.750
Depósitos Judiciais	8.3	94.417	102.421	Mandados e Precatórios	13.4	6.492	1.962
Valores a Compensar	8.4	205.395	173.880	Receitas Recebidas Antecipadamente	13.5	1.697.197	1.840.000
Outros	8.5	6.035	61.414	Patrimônio Líquido		4.136.816	3.896.684
Investimentos	9	16.137	33.262	Capital	14.1	2.683.529	2.264.968
Imobilizado	10	1.403.292	1.348.404	Reservas de Capital	14.2	-	37.596
Imóveis		1.496.661	1.380.999	Reservas de Lucros	14.3	1.357.358	1.585.620
(-) Depreciação Acumulada		(659.275)	(604.601)	Reserva Legal	14.3.1	331.501	279.298
Móveis		2.502.229	2.411.109	Reserva p/Projeto de Investimento	14.3.2	495.929	380.965
(-) Depreciação Acumulada		(1.936.323)	(1.839.103)	Reserva de Lucros a Realizar	14.3.3	529.928	925.357
Intangível	11	47.826	33.027	Dividendo Adicional Proposto	12.5	95.929	8.500
Softwares		252.421	228.892				
(-) Amortização		(204.595)	(195.865)				
TOTAL		10.454.512	10.530.872	TOTAL		10.454.512	10.530.872

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

RUBRICA	Notas	2012	2011
			Reapresentado
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.1	14.532.417	13.791.061
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(562.045)	(576.953)
Impostos e Abatimentos sobre a Receita		(540.429)	(501.427)
Receitas Canceladas		(21.616)	(75.526)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.2	13.970.372	13.214.108
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15.3	(10.205.371)	(8.918.506)
LUCRO BRUTO		3.765.001	4.295.602
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.400.948)	(3.403.426)
Vendas		(1.507.002)	(1.535.280)
Gerais e Administrativas	15.4.1	(2.611.507)	(2.003.499)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15.4.2	717.561	135.352
Outras Receitas Operacionais	15.4.3	827.315	211.273
Outras Despesas Operacionais		(109.754)	(75.921)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		364.052	892.176
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		1.087.756	266.223
Receitas Financeiras	15.5	1.216.440	711.308
Despesas Financeiras		(128.684)	(445.085)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.451.809	1.158.399
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(407.748)	(275.652)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.044.061	882.747

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL (17.1)	RESERVA DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	TOTAL
			LEGAL (17.2)	INVESTIMENTOS (17.3)	LUCROS A REALIZAR (17.4)			
Saldo em 31/12/2010 (reapresentado NE 3)	2.919.060	37.633	250.803	392.800	796.539	(184.032)		4.212.803
Acréscimos às Reservas:								
Imóveis recebidos/devolvidos doação		(37)						(37)
Resultado do período						882.747		882.747
Destinações:								
Reserva Legal			28.495			(28.495)		-
Projetos de Investimento	194.737			(11.835)		(182.902)		-
Lucros a Realizar					128.818	(128.818)		-
Dividendos mínimo / JCP (25%) - NE 17.5	(848.829)					(135.000)		(1.023.829)
Dividendos Adicionais Antecipados - NE 17.5						(214.650)		(175.000)
Dividendo Adicional Proposto						(8.500)	8.500	-
Saldo em 31/12/2011 (reapresentado NE 3)	2.264.968	37.596	279.298	380.965	925.357	-	8.500	3.896.684
Ajustes de Exercícios Anteriores:								
- Efeitos de mudanças de critérios contábeis								-
- Retificação de erros de exercícios anteriores								-
Aumento de Capital:								
- Com Lucro e reservas	418.561	(37.596)		(380.965)				-
Resultado do período:						1.044.061		1.044.061
Destinação do Lucro:								
- Reserva Legal			52.203			(52.203)		-
- Projetos de Investimento				495.929		(495.929)		-
- Lucros a Realizar					(395.429)	395.429		-
- Dividendos do Exercício Anterior						(395.429)		(395.429)
- Dividendos mínimo / JCP (25%)						(247.965)		(247.965)
- Pagamento Dividendo Adicional Ex. Anterior							(8.500)	(8.500)
- Dividendos Adicionais Antecipados						(152.035)		(152.035)
- Dividendo Adicional Proposto						(95.929)	95.929	-
2.683.529	-	-	331.501	495.929	529.928	-	95.929	4.136.816

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	2011		2011
		%	%
I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.334.353		13.909.138
Receitas Operacionais	14.510.801		13.715.535
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.762)		(17.671)
Outras Receitas Operacionais	788.299		18.291
Receitas Não-Operacionais	39.016		192.983
Insumos Adquiridos de Terceiros	4.811.412		4.262.951
Custo dos Serviços Prestados	4.204.426		4.088.022
Serviços Adquiridos de Terceiros	363.037		245.196
Materiais Consumidos	26.834		25.420
Propaganda e Comunicação	93.240		49.501
Utilidades e Serviços	1.224		(372)
Provisões diversas	122.650		(144.816)
Valor Adicionado Bruto	10.522.942		9.646.187
Depreciação/Amortização	(284.631)		(285.669)
Receitas Financeiras	1.216.440		711.308
VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA EMPRESA	11.454.752		10.071.826
II - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			6.580.098
Remuneração do Trabalho	7.640.567	66,7	6.084.018
Salários, Honorários e Benefícios	7.039.855		89.527
Participações nos Lucros e Resultados - PLR	124.470		
Encargos Sociais	476.242		
Remuneração do Governo	2.552.501	22,3	2.060.791
INSS sobre Salários	1.204.930		1.026.895
Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	863.598		629.426
Imposto de Renda e Contribuição Social	483.973		404.470
Remuneração do Capital de Terceiros	217.623	1,9	548.190
Aluguéis, juros, variação cambial	202.558		494.883
Outras remunerações a terceiros	15.065		53.307
Remuneração dos Acionistas	1.044.061	9,1	882.747
Lucro/Reserva Retidos	548.132		524.247
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	495.929		358.500
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	11.454.752	100,00	10.071.826

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	2012	2011
		Reapresentado
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período	1.044.061	882.747
Itens de Resultado que não interferem no Caixa		
Depreciação e Amortização	284.631	285.669
Baixas de Reservas de Capital	(0)	(37)
Provisões	202.637	3.223
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	117.888	1.673
Receita de Variação Patrimonial	(24.422)	(919)
Baixas do Imobilizado/Intangível	72.050	33.137
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	30.539	148.662
Mutações Patrimoniais		
Aumento de Créditos	(173.118)	(134.294)
Aumento dos Estoques	(12.491)	(118)
Aumento das Provisões/Mandados e Precatórios	(431.015)	(66.810)
Aumento de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo	181.045	(408.797)
Diminuição/Aumento dos Fornecedores	151.650	183.131
Aumento dos Salários e Consignações	113.458	110.419
Diminuição/Aumento das Obrigações acrescidas da variação do Não-Circulante	(292.590)	(24.481)
Diminuição das Receitas Recebidas Antecipadamente	(37.315)	2.258.956
(=) Caixa Líquido da Atividade Operacional	1.227.008	3.272.161
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no Imobilizado/Intangível	(409.439)	(195.228)
Aplicações Financeiras	471.392	(1.337.918)
Aplicações em Investimentos	17.125	(215)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	79.078	(1.533.361)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências para a União - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(824.952)	(1.740.291)
Empréstimos e Financiamentos	(23.317)	(23.504)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(848.269)	(1.763.795)
4 - AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES/(DIMINUIÇÃO)	457.816	(24.995)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício	1.317.216	1.342.211
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício	1.775.032	1.317.216

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores apresentados em milhares de Reais (R\$))**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede e foro em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011.

A estrutura organizacional da ECT é representada pela Administração Central, que compreende a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, os Departamentos e Órgãos de mesmo nível.

Conforme estatuto, a ECT tem por objeto, nos termos da Lei: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrafia; explorar os serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Nesses termos, em regime de monopólio: considera-se serviço postal o recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e constitui serviço de telegrafia o recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, a ECT como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

Nos termos da Lei nº 12.490/2011, a ECT, para a execução das atividades compreendidas em seu objeto, poderá: constituir subsidiárias, adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecidas a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**2.1 – Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da ECT são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a lei nº 6.404/76 e alterações emanadas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, além da legislação federal, a ECT busca a harmonização contábil com as normas internacionais conforme estabelecido nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 25 de Março de 2013.

2.2 – Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras, a saber, Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC e Demonstração de Valor Adicionado – DVA e estas notas explicativas estão elaboradas nos termos da legislação federal e dos pronunciamentos contábeis.

A DFC está elaborada pelo método indireto e nos termos do Pronunciamento Técnico nº 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação da ECT.

2.4 – Transações e saldos em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações serão convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

2.5 – Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações, quando requerido. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber), provisões passivas e para fundos de pensão. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas, os quais somente são conhecidos por ocasião de sua liquidação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.7 – Créditos

Representados por contas a receber de clientes, inclusive de Administrações Postais internacionais, e outros recebíveis, os quais são registrados pelo valor faturado ou executado e não faturado ajustado a valor presente, quando aplicável.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a base de 97% do valor registrado em cobrança administrativa e jurídica vencidos há mais de 365 dias e de 70% referente às inadimplências do serviço de telegrafia fonado conforme demonstrado na nota 5.

2.8 – Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando necessário e considerado relevante, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de obsolescência de materiais de consumo. Não foi registrada nenhuma provisão em 2012.

2.9 – Adiantamentos

Estão representados, substancialmente, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da provisão estimada para perda, constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pago pelos órgãos públicos.

2.10 – Valores a Compensar

Estão representados, principalmente, por saldos a compensar da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do Programa de Integração Social – PIS, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, originados de retenções federais efetuadas sobre as receitas de prestação de serviços e aplicação financeira.

2.11 – Investimentos

Existem imóveis que são mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados), e, nesse sentido, são classificados como Propriedade para Investimentos e registrados pelo custo de aquisição.

As políticas de classificação adotadas pela ECT para reconhecimento dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- Desocupados - Imóveis próprios sem uso pela ECT ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos Imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, nas mesmas bases e taxas utilizadas para os bens classificados no ativo imobilizado.

Os investimentos não relevantes estão registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas. No momento, não há intenção de venda desse Ativo.

2.12 – Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Para benfeitorias em imóveis de terceiros, a amortização é calculada considerando-se o menor prazo entre o prazo do contrato de locação ou o tempo de vida útil dos bens. As taxas de depreciação por categoria de bens estão demonstradas a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TAXA ANUAL
Imóveis	4%
Equipamentos de Informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos Motorizados Leves	20%
Veículos Motorizados Pesados e Motociclos	25%
Veículos Não-Motorizados	20%
Outras Imobilizações	20%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não se esperam benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Este grupo ainda pode ter os saldos diminuídos pela reclassificação de bens imóveis para propriedades para investimento caso o bem se enquadre nas políticas de reconhecimento de propriedades para investimento estabelecidas na nota 2.11.

Os gastos com manutenção e reparos são contabilizados como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens; e agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas Operacionais na demonstração do resultado (nota 15.4.3).

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16) e ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*). A ECT ainda não adotou o CPC 27 e mantém seu Imobilizado reconhecido ao valor de custo e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

2.13 – Intangível

Representados, substancialmente, por softwares não integrados às máquinas e equipamentos, com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, e estão registrados pelo valor de custo, deduzidos da amortização, calculada conforme método linear à taxa de 10%.

2.14 – Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que, quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede ao recuperável, deve-se constituir provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável do ativo.

No que se refere aos itens relevantes compostos, principalmente, por máquinas e equipamentos e imóveis, não foram identificados indícios de desvalorização por *impairment*, sendo feitos testes de recuperabilidade por meio de fluxo de caixa futuro, específicos para os equipamentos de triagem automatizada.

A Administração tem como meta revisar, a partir de 2013, o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

2.15 – Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação ao fluxo de caixa contratual. Nos exercícios de 2011 e 2012, não houve transação de longo prazo (e nem relevante de curto prazo) que se qualificasse para esse ajuste.

2.16 – Ativos Contingentes

O CPC 25 estabelece as regras de registro e classificação dos valores a receber das empresas, assim, conforme este pronunciamento somente registra-se na contabilidade os direitos cuja entrada de benefícios econômicos para a empresa é praticamente certa de modo que os demais direitos antes registrados no ativo são classificados como ativos contingentes não sendo os mesmos reconhecidos das demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

Ainda, estabelece o CPC, que deve ser mantido controle extra contábil dos valores classificados como ativos contingentes, de modo que, na data de encerramento do balanço, seja informado em nota explicativa os valores classificados como ativo contingente cuja entrada de benefícios econômicos para empresa seja provável, mas não praticamente certa.

Conforme índices históricos de valores ressarcidos, estabeleceu-se que 4% do valor total dos débitos classificados como ativos contingentes referentes à conta de alcance são considerados de provável recebimento, conforme nota 7.3.

2.17 – Obrigações com Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos valores correspondentes a encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo classificados como Passivo Circulante uma vez que a liquidação é de curto prazo.

São realizadas mensalmente provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não é possível a entrada do documento fiscal no sistema até a data do fechamento contábil do balancete, atendidas as seguintes condições:

- existir uma obrigação futura de um evento passado;
- existir saída provável de recursos; e
- existir estimativa confiável da obrigação.

2.18 – Salários e Encargos Sociais

Os salários e consignações são representados, substancialmente, pelos valores relativos às férias devidas aos funcionários que estão provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo na base de 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo), bem como por saldos de valores a pagar a funcionários e/ou terceiros advindos da apropriação mensal da folha de pagamentos.

Como encargos sociais, são reconhecidas as contribuições sobre a folha de pagamentos de funcionários e terceiros (INSS e FGTS), e, também, pelos valores de curto prazo devidos ao plano de previdência que beneficia os funcionários e é mantido pela ECT e pelos mesmos, na modalidade de plano de benefício definido saldado e plano de contribuição definida.

2.19 – Impostos e Contribuições

Representado por valores a serem recolhidos às Administrações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais, apurados segundo a legislação aplicável, e correspondem aos tributos sobre as receitas (PIS/COFINS/ICMS/ISS), tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL) e tributos retidos por responsabilidade legal (ISSQN, INSS, IRF, ICMS e CSRF).

2.20 – Receitas Recebidas Antecipadamente - Adiantamento de Clientes

Classificados no Passivo Circulante e Não-Circulante são representadas basicamente pelos valores recebidos antecipadamente do contratante Banco do Brasil S/A, face ao contrato de prestação de serviços de correspondente bancário (Banco Postal), com início da prestação de serviços em 02/01/2012 com prazo de vigência de 5 anos. Nos termos do CPC 30 – Receitas (IAS 18), considerando que os serviços prestados correspondem a um número indeterminado de etapas, durante um período específico de tempo, a receita será reconhecida no resultado linearmente durante o período de vigência contratual.

2.21 – Passivo Contingente e Tributos Compensados

Correspondem às provisões para causas trabalhistas e cíveis, sendo que a avaliação da probabilidade de risco de perdas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, tudo sob responsabilidade da área jurídica da ECT. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

No ano de 2011, a ECT recebeu uma ressalva no Balanço Patrimonial devido à auditoria independente entender que a empresa devia reclassificar de perda remota para provável, os processos judiciais referentes ao questionamento da imunidade tributária do ISSQN sobre os serviços concorrenciais da empresa, considerando que a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal – STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 601.392, cujo julgamento iniciado na época possuía votação desfavorável a ECT. No entanto, no dia 28/02/2013, STF reconheceu a imunidade tributária recíproca sobre todos os serviços dos Correios.

2.22 – Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para o acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da ECT, considerando os impactos de valores distribuídos de forma antecipada. Qualquer valor proposto acima do mínimo obrigatório, ou de valores que excedam os montantes distribuídos antecipadamente, somente serão provisionados quando aprovados em Assembleia Geral, conforme ICPC 8. Os juros sobre o capital próprio são registrados em contrapartida com despesa financeira, para fins de benefício tributário, conforme determinação da legislação federal, e posteriormente imputados aos dividendos.

2.23 – Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) ao valor da liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, usando o método da taxa efetiva.

2.24 – Benefícios a empregados

a) Fundo de Pensão: A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev. Atualmente, o PBD não recebe mais adesões. Seu saldamento ocorreu em março de 2008 e em 2010 houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do aporte da Reserva Técnica Serviços Anteriores. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida financeira (e não atuarial) com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano e deduzidas às amortizações dos pagamentos efetuados.

b) Participação nos resultados: é adotada pela ECT tendo como base o cumprimento de metas de desempenho da área de atuação e desempenho da empresa. A ECT efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos após a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2012. A contrapartida da provisão é registrada em despesas gerais e administrativas na DRE.

2.25 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**2.25.1 – Impostos correntes**

O encargo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente é calculado em períodos mensais, conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço e com base na geração de lucro tributável pela ECT.

2.25.2 – Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras. Os impactos/detalhes encontram-se na nota 16.

2.26 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da ECT são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente.

Os valores a receber de clientes são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (*"impairment"*). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.27 – Reconhecimento da receita

Apesar de o CPC 26 (R1) estabelecer o mínimo obrigatório de publicação da DRE a partir da Receita Líquida, a ECT optou por divulgar a Receita Bruta e respectivas Deduções para uma melhor evidência das operações.

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições foram satisfeitas:

- a) há transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados à prestação dos serviços;
b) não haja manutenção de envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais serviços;
c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e
e) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;

Mais especificamente, a receita de venda de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

A constituição do Ativo Fiscal Diferido, ocorreu na sua totalidade em 2011, representando os tributos diferidos pertinentes aos últimos 5 anos. No entanto, uma revisão adicional dos procedimentos adotados sinalizou a presença de uma provisão temporária não considerada na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos exercícios anteriores a 2010. Desta forma, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no Ativo Não Circulante foram ajustados para refletir os efeitos tributários sobre as correções mencionadas anteriormente. Como consequência, o Patrimônio Líquido do exercício de 2009 foi aumentado em R\$ 27.145, sendo os períodos posteriores afetados apenas pela alteração dos saldos iniciais dos ativos e patrimônio líquido, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 08), conforme a reapresentação dos saldos demonstrada a seguir:

- a) reapresentação dos saldos de abertura dos ativos e do patrimônio líquido para 31/12/2009:

Descrição	Saldo em 31/12/09 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/09 (Reapresentado)
Ativo			
Não Circulante	5.646.316	27.145	5.673.461
Tributos Diferidos	718.788	27.145	745.933
Patrimônio Líquido	3.759.491	27.145	3.786.636
Lucros Acumulados		27.145	

- b) reapresentação dos saldos de abertura dos ativos e do patrimônio líquido para 31/12/2010:

Descrição	Saldo em 31/12/10 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/10 (Reapresentado)*
Ativo			
Não Circulante	5.782.971		5.810.116
Tributos Diferidos	769.394		796.539
Patrimônio Líquido	4.185.656		4.212.801
Lucros Acumulados			

* Reapresentado o saldo do período em função dos ajustes realizados em 2009.

- c) reapresentação dos saldos de abertura dos ativos e do patrimônio líquido para 31/12/2011:

Descrição	Saldo em 31/12/11 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/11 (Reapresentado)*
Ativo			
Não Circulante	7.338.337		7.365.483
Tributos Diferidos	898.211		925.357
Patrimônio Líquido	3.869.538		3.896.683
Lucros Acumulados			

* Reapresentado o saldo do período em função dos ajustes realizados em 2009.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2012, o valor de R\$ 1.033 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.376 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2013.

4.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2012 correspondia a R\$ 6.134.

4.3 – Aplicações: os valores aplicados em Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CEF, em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) e operações compromissadas são registradas pelo valor líquido de realização na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

4.3.1 – Posição em 31/12/2012

APLICAÇÃO	2012		VALOR	%
	R\$			
LTN	R\$ 1.159.111			19,57
NTN-B	R\$ 3.768.924			63,64
NTN-F	R\$261.715			4,42
Op. Compr. ¹	R\$802.171			13,54
Subtotal	R\$ 5.991.921			100,00
Ajustes ²	R\$(69)			0,00
Total	R\$ 5.991.851			100,00
Imposto de Renda	R\$ (10.030)			-0,17
Líquido	R\$ 5.981.821			99,83

¹ Operações Compromissadas. ² Tx. Adm., ajuste mercado futuro e outros na gestão dos fundos.

Com a alteração da Resolução 3.284 de 25 de maio de 2005 pela Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, a ECT foi obrigada a alterar as carteiras dos seus fundos de investimentos. Antes dessa alteração, a ECT possuía um fundo de investimento no Banco do Brasil composto basicamente por Letras Financeiras do Tesouro - LFT, títulos públicos que refletem a variação da SELIC. Essa composição tinha a característica de ser pouco volátil, ou seja, quase sem nenhum risco de variações substanciais de taxa. A nova legislação forçou as empresas públicas a se desfazerem da LFT e aplicarem seus recursos apenas em NTN-B, NTN-F ou LTN, que são títulos com volatilidade maior, além de operações compromissadas limitadas ao máximo de 25% do patrimônio líquido do fundo. Cumpre observar que essa alteração na legislação permitiu que as empresas públicas também pudessem aplicar seus recursos em fundos da Caixa Econômica Federal, sendo antes permitido apenas no Banco do Brasil. Do patrimônio líquido total das aplicações da ECT, R\$ 4.507.000 estão no B.Brasil e R\$ 1.485.000, na CEF.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2013	342.745	548.956	84.094		802.171	(10.030)	(69)
Totais	342.745	548.956	84.094		802.171	(10.030)	(69)

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2014	529.810	745.945	153.696		-	-	1.429.451
2015	210.762	865.816	20.618		-	-	1.097.196
2016	75.793	1.157.916	-		-	-	1.233.710
2017	-	252.207	3.307		-	-	255.514
2018	-	156.556	-		-	-	156.556
2019	-	-	-		-	-	-
2020	-	41.528	-		-	-	41.528
Totais	816.366	3.219.968	177.622				4.213.955

4.3.2 – Posição em 31/12/2011

APLICAÇÃO	VALOR		%
	R\$		
LFT	5.141.084		85,67
LTN	312.541		5,21
NTN-B	54.424		0,91
Op. Compromissadas. ¹	431.719		7,19
Subtotal	5.939.768		99,98
Ajustes ²	(143)		0,00
Fundo Multimercado ³	61.355		1,02
Total	6.000.980		100,00
Imposto de Renda	(7.687)		-0,13
Líquido	5.993.293		99,87

¹ Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes.

² Taxa de Administração, ajuste mercado futuro e outros na gestão do Fundo XIII

³ Deve possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LFT	NTN-B	LTN	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2012	884.057			431.719	(7.687)	(144)	1.307.946
Total	884.057			431.719	(7.687)	(144)	1.307.946

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LFT	NTN-B	LTN	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2013	1.484.076	32.455	235.588		-	-	1.752.119
2014	881.465	21.969	-		-	-	903.434
2015	864.037	-	76.953		-	-	940.991
2016	479.550	-	-		-	-	479.550
2017	293.623	-	-		-	-	293.623
2018	315.630	-	-		-	-	315.630
Totais	4.318.382	54.424	312.542				4.685.347

NOTA 5 – CRÉDITOS

Registrados pelo valor original deduzidos das provisões estimadas para perdas.

CRÉDITOS	2012	2011
Serviços Faturados	1.140.476	1.077.907
Serviços a Faturar	21.392	2.819
Cartões de Crédito	6.457	5.330
ACF/Prestação de Contas	22.938	56.558
ACF/Débitos Negociados	2	23
Débitos Internacionais	172.517	119.411
Débitos ACC	105	13
Débitos AGC	2.841	2.829
Débitos de ACF	865	16
Outros Débitos de Clientes	1.882	5.428
Direito a receber AGF – Lei postal	5.581	-
Valores a receber de AGF	43.734	-
Total	1.418.790	1.270.334

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, extraídas as faturas em cobrança jurídica, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTO	2012	2011
Vencidos até 30 dias	73.672	71.589
Vencidos de 31 a 60 dias	19.191	24.322
Vencidos de 61 a 90 dias	8.451	14.122
Vencidos de 91 a 120 dias	6.840	11.203
Vencidos de 121 dias a 180 dias	11.646	13.331
Vencidos de 181 a 365 dias	13.220	14.051
Acima de 365 dias	14.176	8.540
Total de valores vencidos	147.197	157.158
A vencer	995.161	926.178
Total a Receber	1.142.358	1.083.336

5.1 – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, correspondendo ao somatório de 97% dos saldos de faturamento a receber vencidos há mais de 365 dias com cobrança administrativa e jurídica, mais 70% do saldo de inadimplência do serviço de telegrama fonado. O aumento de R\$ 3.762 em despesa nesta rubrica deve-se ao aumento da inadimplência de faturas em cobrança administrativa e jurídica, conforme demonstrado a seguir. Observa-se ainda redução do provisionamento das inadimplências do serviço de telegrama fonado devido à baixa para perda de R\$ 6.779 sem possibilidade de recebimento.

	2012	2011
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2012 (97% do saldo)	12.666	
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2012 (97% do saldo)	50.383	
Inadimplência do Serviço de Telegrama Fonado (70% do saldo)	453	
Saldo final da provisão em 31/12/2012	63.502	59.740

	2012	2011
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2011 (97% do saldo)	7.837	
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2011 (97% do saldo)	44.912	
Inadimplência do Serviço Telegrama Fonado (70% do saldo)	6.991	
Saldo final da provisão em 31/12/2011	59.740	59.740

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	59.740	42.069
Adições	25.289	25.913
Baixas	(21.527)	(8.242)
Saldo em 31 de dezembro/2012	63.502	59.740

5.2 – Serviços Faturados: correspondem aos direitos por serviços prestados/vendas de mercadorias a clientes e estão representados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica.

5.3 – Serviços a Faturar: representam os direitos por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.4 – ACF/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.5 – Débitos Internacionais: o valor de R\$ 172.517 corresponde aos débitos decorrentes das relações da ECT e demais correios mundiais. O saldo de 2012 traz a influência do ajuste contábil e das baixas referentes aos saldos de anos anteriores.

MOV. DÉB. INTERNACIONAIS	Saldo 2012	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo 2011
Débitos Internacionais	172.517	234.461	(157.830)	(23.525)	119.411

5.6 – Outros Débitos de Clientes: referem-se aos valores não registrados como faturamento a receber. A redução do saldo se deve principalmente às baixas para perda dos débitos do serviço de telegrama fonado sem possibilidade de recebimento.

5.7 – Direito a Receber de AGF – Lei postal: corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

5.8 – Valores a receber de AGF: referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA 6 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2012	2011
Material para consumo	45.329	32.665
Material para revenda/almoxnarifados	12.694	6.916
Material em trânsito	-	5.844
Material em consignação	343	450
TOTAL	58.366	45.875

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

7.1 – Adiantamentos

ADIANTAMENTOS	2012	2011
Adiantamento Salarial	3.224	2.613
Adiantamento de Férias	107.328	89.846
Demais Adiantamentos	1.193	3.359
TOTAL	111.745	95.818

7.1.1 – Demais adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação e ao valor devido por órgãos públicos referente aos empregados cedidos àqueles órgãos. O saldo de empregados cedidos – R\$ 1.071 está líquido da provisão estimada para perdas no valor de R\$ 1.364, a qual foi constituída a base de 54% do saldo da conta.

7.2 – Valores a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados que serão compensados no momento da liquidação do fato gerador, compostos a seguir.

DIREITOS A COMPENSAR	2012	2011
Salário-maternidade	582	544
IRRF/Aplicações financeiras	72.698	89.999
ICMS a recuperar/compensar	131	57
IR a restituir	15	26.448
CSLL a restituir	5	23.274
PIS a restituir	676	-
COFINS a restituir	3.122	-
IR – retido na fonte – Lei nº 9.430	67.952	68.626
CSLL retido na fonte – Lei nº 9.430	13.739	9.829
COFINS retido na fonte – Lei nº 9.430	8.330	18.549
PIS/PASEP retido na fonte – Lei nº 9.430	1.774	3.983
INSS retenção por clientes	188	538
Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/03	500	331
Recolhimento indevido – INSS	197	239
INSS: pagamentos benefício/Empregados	0	33
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	2.241	172.660
TOTAL	172.150	415.110

7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante refere-se ao imposto de renda, compensável, incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Em decorrência do prejuízo fiscal apurado no 4º trimestre de 2012, não houve a utilização da disponibilidade.

7.2.2 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: no ano calendário de 2011 efetuou-se o recálculo de IRPJ/CSLL do período de Janeiro/2007 a Dezembro/2010, principalmente face às provisões indedutíveis. Este recálculo gerou além de obrigações a pagar, valores a compensar referentes a esses tributos, representados por recolhimentos a maior em alguns trimestres. No decorrer de 2012, houve a utilização dos créditos fiscais para saldar as obrigações advindas do recálculo, ocasionando a significativa redução dos saldos contábeis.

7.2.3 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430/1996: refere-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de faturas de serviços prestados ou produtos adquir

7.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2012	2011
Prejuízos a apurar – delitos externos	16.951	13.556
Prejuízos a apurar – delitos internos	42.557	29.922
Provisão estimada para perdas com prejuízos a apurar	(52.525)	(37.937)
Outros	578	349
TOTAL	7.561	5.890

7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$ 16.951 e R\$ 42.557 referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT pertencer ao Governo Federal, todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A provisão estimada para perdas, demonstrada na tabela acima, é constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas prejuízos a apurar e prejuízos a apurar de estoques.

7.4.2 – Outros: o montante de R\$ 578 refere-se a reembolsos postais a apurar e prejuízos a apurar de estoques.

7.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	2012	2011
Notas promissórias	8	77
Vale postal internacional – importação	182	204
Outros pagamentos por conta de terceiros	-	4
Multas e sinistros de trânsito	-	2.681
Provisão para perdas estimadas com multas e sinistros	-	(2.655)
Serviço médico de aposentados	2.217	2.130
Outros débitos de empregados	13.135	8.614
Outros débitos de terceiros	7.066	(6)
TOTAL	22.608	11.049

7.5.1 – Notas promissórias: o montante de R\$ 8 corresponde aos direitos suportados por notas promissórias.

7.5.2 – Vale Postal Internacional – Importação: a importância de R\$ 182 refere-se aos vales postais encaminhados pelas Administrações Postais Internacionais para pagamento em território nacional.

7.5.3 – Multas e Sinistros de Trânsito: a ausência de saldo nesta conta no ano de 2012 deve-se à migração dos mesmos para a conta de Outros Débitos de Empregados por possuir a mesma funcionalidade contábil.

7.5.4 – Serviço Médico de Aposentados: corresponde aos direitos de valores de co-participação do serviço médico-odontológico prestado aos aposentados, líquido da provisão estimada para perdas no valor de R\$ 1.273, e cuja cobrança é realizada pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postais.

7.5.5 – Outros débitos de empregados: o montante de R\$ 13.135 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros. O aumento no saldo desta conta deve-se à migração dos valores registrados anteriormente na conta de Multas e Sinistros de Trânsito.

7.5.6 – Outros débitos de terceiros: o montante de R\$ 7.066 refere-se principalmente a multa aplicada a fornecedores por descumprimento contratual.

NOTA 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 2.117 refere-se ao saldo remanescente líquido da provisão estimada para perdas, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A provisão estimada para perdas é constituída anualmente de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

8.2 – Tributos Diferidos: Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12) e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O IRPJ e CSLL diferidos devem ser classificados no não circulante, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na nota 16.

8.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

NATUREZA DO CRÉDITO	2012	2011
Depósitos judiciais	8.566	27.556
Depósitos recursais	17.814	18.339
Depósitos recursais administrativos	68.037	55.777
Assistência Jurídica – livre escolha	-	749
TOTAL	94.417	102.421

Os valores de R\$ 8.566 e R\$ 17.814 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais em que a ECT figura como ré. O valor de R\$ 68.037 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa referente às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito, é interposto recurso administrativo.

A provisão passiva dos processos referentes a estes depósitos está demonstrada na nota 13.2

8.4 – Valores a Compensar: o saldo de R\$ 205.395 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte pelo Banco do Brasil S/A, por ocasião do pagamento do valor de acesso ao negócio quando firmado o contrato para acesso ao Banco Postal, já deduzido das parcelas classificadas no Ativo Circulante. A compensação dos créditos iniciou-se em janeiro de 2012, e continuará sendo aproveitada proporcionalmente até o fim da vigência contratual de 5 anos, concomitante à realização da receita.

8.5 – Outros:

OUTROS	2012	2011
Outros créditos a realizar	5.249	61.413
Bens sucateados	786	-
Total	6.035	61.413

8.5.1 – Outros créditos a realizar: do montante de R\$ 5.249 na rubrica, R\$ 3.100 refere-se à renegociação da fatura de cliente, anteriormente registrada no curto prazo. A redução do saldo, em 2012, deve-se principalmente ao resgate de R\$ 57.800, referente ao depósito de poupança-garantia efetuado pela ECT para o contrato comercial 531/2005, relacionado ao serviço de logística, com a Caixa Econômica Federal.

8.5.2 – Bens sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2012	2011
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Provisão para perdas	(28.062)	(28.062)
Museus e coleções	918	933
Imóveis Mantidos para Investimento	15.978	27.918
Depreciação de imóveis mantidos para investimento	(5.170)	-
Outros investimentos	895	895
TOTAL	16.137	33.262

9.1 – Participações não relevantes e FINAM/FINOR - são valores equivalentes respectivamente às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a provisão para as perdas com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

9.2 – Imóveis Mantidos para Investimentos - Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos (IAS 40) são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação constam na nota 2.11 e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos do imobilizado, descritos na nota 2.12.

Rubrica	Valor líquido em 31/12/2012	Aquisição	Venda	Transferências entrada	Transferências saída	Depreciação Acumulada	Depreciação de bens baixados	Valor líquido em 31/12/2011
Terrenos cedidos/ alugados	570	-	-	867	(17.571)	-	-	17.274
Prédios cedidos/ alugados	607	-	-	670	(10.647)	(61)	-	0.644
Instalações cedidas/ alugadas	6	-	-	9	-	(3)	-	-
Desocupados	9.624	-	-	10.003	(336)	(43)	-	-
Totais	10.808	-	-	11.550	(28.553)	(106)	-	7.918

(1) O valor líquido em 31/12/2012 corresponde ao valor líquido de 31/12/2011 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos de depreciação e taxas de depreciação estão detalhados na nota 2.12.

Movimentação e composição do ativo imobilizado

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2012	Baixas	Adições	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2011
Terrenos	92.786	-	123.735	10.645	(136.570)	-	-	94.976
Prédios	370.628	-	18.742	23.069	(3.146)	(23.973)	-	355.936
Instalações em prédios próprios	117.970	-	13.049	(701)	(5.132)	(25.732)	-	136.486
Beneficiárias/instalações imóveis terceiros	37.820	(10.018)	14.257	390	(2.101)	(20.580)	10.005	45.868
Obras em andamento	218.183	(63.714)	46.960	130.912	(39.109)	-	-	143.133
Subtotal de Imóveis	837.386	(73.732)	16.742	164.314	(186.057)	(70.285)	10.005	776.399
Móveis e utensílios	194.446	(6.343)	39.624	1.423	(1.849)	(30.888)	5.225	187.254
Máquinas e equipamentos	156.789	(5.363)	24.039	4.848	(1.113)	(93.412)	5.088	222.703
Veículos Motorizados	128.525	(9.773)	98.372	6.766	(10.606)	(41.108)	9.767	75.108
Veículos não motorizados	3.744	(530)	1.120	5	(33)	(1.208)	497	3.893
Ferramentas e instrumentos	1.621	(37)	21	10	(10)	(311)	36	1.913
Equipamentos proc. de dados	80.781	(26.480)	44.181	1.737	(1.764)	(35.021)	26.418	71.710
Aquisição de bens a imobilizar	-	(6.003)	-	-	(2.599)	-	-	8.602
Materiais e bens a imobilizar	-	(823)	-	-	-	-	-	823
Subtotal de Móveis	565.906	(55.353)	207.356	14.788	(17.974)	(201.948)	47.030	572.006
Totais	1.403.292	(129.084)	424.098	179.103	(204.031)	(272.233)	57.035	1.348.404

(1) O valor líquido em 31/12/2012 corresponde ao valor líquido de 31/12/2011 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

(2) Para fins de elaboração do fluxo de caixa, o total das adições deve ser subtraído da movimentação entre contas (R\$ 39.109) por corresponder a transferências do imobilizado em andamento para o imobilizado definitivo e (R\$ 2.599) das transferências da conta de aquisição de bens a imobilizar para os bens móveis imobilizados, sendo que as mesmas foram consideradas adições no momento de aquisição do bem ou início da obra;

(3) A depreciação/amortização dos bens baixados foi considerada apenas para fins de demonstração. O valor considerado no fluxo de Caixa – R\$ 284.600 refere-se à despesa de depreciação/amortização do ano de 2012 com os bens do imobilizado, intangível, propriedades para investimento e de alguns bens que no decorrer do ano foram transferidos para a conta de bens sucateados.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.13.

Composição e movimentação do ativo intangível

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2012	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2011
Software, licenciamentos e similares.	47.826 (2.184)	27.048	15	(17)	(12.247)	2.184 33.027
Total	47.826 (2.184)	27.048	15	(17)	(12.247)	2.184 33.027

(1) O valor líquido em 31/12/2012 corresponde ao valor líquido de 31/12/2011 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

(2) A depreciação/amortização dos bens baixados foi considerada apenas para fins de demonstração. O valor considerado no fluxo de Caixa – R\$ 284.600 refere-se à despesa de depreciação/amortização do ano de 2012 com os bens do imobilizado, intangível, propriedades para investimento e de alguns bens que no decorrer do ano foram transferidos para a conta de bens sucateados.

NOTA 12 – PASSIVO CIRCULANTE

12.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

12.2 – Salários e consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; as provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

12.3 – Encargos sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O acréscimo na comparação com 2011 corresponde ao incremento da folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS	2012	2011
INSS – empregador	101.642	93.743
Postalis – empregador	75	796
SENAI adicional	771	683
Salário educação	9.045	8.633
FGTS	44.810	40.343
INSS – contribuinte individual	837	883
INSS – cooperativas	673	742
Postalprev empregador	20.075	17.210
Reservas a amortizar – serviço passado	266.072	229.765
TOTAL	444.000	392.798

12.4 – Impostos e contribuições:

Estão compostos conforme a seguir:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2012	2011
INSS Empresas - retenção fonte	6.542	5.876
INSS retenção - contribuinte individual	318	351
Obrigações Tributárias (COFINS, PASEP e ICMS)	126.130	364.129
INSS contribuinte individual	(38)	(39)
ISSQN – retido de terceiros	23	25
IRF - retido de terceiros	-	0
Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996	1	1
IRPJ	-	145.434
CSLL	-	43.675
TOTAL	132.976	559.452

No exercício de 2012 a Administração procedeu ao recolhimento das obrigações originadas do recálculo do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, referentes ao PIS, à COFINS, ao IRPJ e à CSLL, este fato que ocasionou a redução significativa dos saldos contábeis em análise comparativa ao exercício anterior.

12.5 – Dividendos a pagar: foram calculados dividendos/JCP na ordem de R\$ 495.929, conforme decisão da Administração, correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado, desse percentual, 25% refere-se ao dividendo mínimo obrigatório e 25%, ao dividendo adicional. No decorrer de 2012, foram calculados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 239.590 e registrados como despesa financeira, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Contudo, por decisão do Conselho de Administração em 27/09/2012, por meio do Relatório/CA-045/2012, foi realizada a antecipação de dividendos à União no valor de R\$ 400.000, considerando o lucro apurado até o mês de agosto/2012, que era na ordem de R\$ 944.900. O valor restante a pagar, R\$ 95.929, foi classificado no Patrimônio Líquido como dividendo adicional proposto, conforme estabelece o ICPC 08.

O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos da ordem de 50% dos lucros desde o exercício de 2006.

A seguir, a demonstração do cálculo em 2012 e em 2011.

Demonstração do cálculo do dividendo	2012
A- Lucro apurado	1.044.061
B- Ajustes de exercícios anteriores	-
C- Tributos diferidos do exercício	-
D- Base de cálculo reserva legal (A-B-C)	1.044.061
E- 5% destinado à reserva legal (D x 5%)	(52.203)
F- Lucro líquido ajustado (D-E)	991.858
G- 50% do lucro após reserva legal (F x 50%)	495.929
- Dividendo mínimo obrigatório (F x 25%)	248.464
- Dividendo adicional (F x 25%)	248.465
H- Juros sobre capital próprio	239.590
I- Dividendos apurados (G-I)	256.339
K- Adiantamento feito à União	(400.000)
L- Dividendo adicional proposto a pagar (vide nota 2.22)	95.929
M- Total dividendo distribuído e adicional	495.929

Demonstração do cálculo do dividendo	2011
A- Lucro apurado	882.747
B- Ajustes de exercícios anteriores (nota 3 de 2011) (1)	(184.032)
C- Tributos diferidos do exercício (nota 17 de 2011)	(128.818)
D- Base de cálculo (A-B-C) = Lucro líquido ajustado	569.897
E- 5% destinado à reserva legal (D x 5%)	(28.495)
F- Lucro após a reserva legal (E-D)	541.402
G- 50% do lucro após reserva legal (F x 50%)	270.701
H- Juros sobre capital próprio	204.460
I- Dividendos apurados (G-H)	66.241
J- Adiantamento feito à União	(350.000)
L- Dividendo adicional proposto (vide nota 2.22)	8.500
M- Total Dividendo distribuído e adicional	358.500

(1) Os ajustes de exercícios anteriores foram todos imputados aos resultados de 2011 para efeito de determinação da base de cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios.

12.6 – Arrecadação e recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão compostas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2012	2011
Recebimento para o Postalis	26.811	24.072
Emissão de vale postal nacional	2.111	3.848
Vale postal internacional	1.354	376
Venda de produtos de terceiros e consignados	487	1.163
Recebimento de contas – serviços públicos	95	225
Recebimento de contas – serviços particulares	373	748
Reembolso postal – entrega	983	1.446
Venda de título de capitalização	1.305	11

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parc. Rest.	Valor em 31/12/2012 Moeda Estrangeira	Cotação em 31/12/2012	Qtde Parcelas		Em Reais			Em Reais		
						Circulante	Não Circulante	2013	2014	2015	Circulante	Não Circulante	Total
KFW	31/12/12	28/02/13	1	EUR2.641	R\$ 2.69540	1	0	7.117	-	-	7.117	-	7.117
JBIC	31/12/12	12/12/15	8	EUR531.595	R\$ 0,02372	4	4	6.351	3.129	3.129	6.351	6.259	12.609
Marubeni	31/12/12	12/12/13	2	EUR76.882	R\$ 0,02372	2	0	1.824	-	-	1.824	-	1.824
Danske Bank	31/12/12	30/09/11	0	EUR -	R\$ 2.69540	0	0	-	-	-	-	-	-
Provisão de Encargos e Comissões											1.327	-	-
TOTAL											16.619	6.259	22.877

A garantia do Contrato de Outorga de Contragarantia nº. 10.322 celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a Empresa, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), tem o Banco do Brasil como o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MARUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, a Empresa paga comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda, deixa bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13B.

A seguir, o detalhamento das parcelas a vencer discriminadas por agente financeiro e exercício social:

Agente Financeiro	2013	2014	2015
KFW	7.117	-	-
JBIC	6.351	3.129	3.129
Marubeni	1.824	-	-
TOTAL	15.292	3.129	3.129

Situação dos contratos em 31/12/2011:

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em 31/12/2011 - Moeda Estrangeira	Cotação em 31/12/2011	Qtde Parcelas		Em Reais		
						Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
KFW	30/12/2011	28/02/2013	3	EUR 7.921	EUR 2,43420	2	1	12.855	6.428	19.283
JBIC	30/12/2011	12/12/2015	13	JPY 848.074	JPY 0,02431	5	8	7.694	12.923	20.617
Marubeni	30/12/2011	12/12/2013	4	JPY 153.822	JPY 0,02431	2	2	1.870	1.869	3.739
Danske Bank	30/12/2011	30/09/2011	0	EUR -	EUR 2,43420	0	0	0	0	0
Provisão de Encargos e Comissões								1.009		1.009
Total								23.428	21.220	44.648

12.12 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: dos R\$ 129.307 registrados nesta rubrica, R\$ 4.000 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou deligados da ECT, R\$ 888 referem-se à reserva técnica provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis.

Nesse exercício, foram destinados aos empregados R\$ 123.982 a título de PLR, conforme limitador de 11,875% do lucro líquido obtido no exercício e não superior a 25% dos dividendos distribuídos, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ainda, dentro dos termos da Resolução CCE (Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais) nº 010, de 30 de maio de 1995. Existem, ainda, R\$ 487 destinados aos dirigentes conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

A seguir a demonstração do cálculo:

Demonstração do cálculo da Participação nos Lucros e Resultados	2012	2011
A- Lucro apurado	1.044.061	882.747
B- Tributos diferidos do exercício	-	(128.818)
C- Base de cálculo (A-B) = lucro líquido ajustado	1.044.061	753.929
D- PLR apurada	123.982	89.527

12.13 – Receitas Recebidas Antecipadamente: o total de R\$ 588.987 é composto, principalmente, por R\$ 565.600 referente a valor de acesso ao negócio do Banco Postal (atualizadas monetariamente), pagas pelo Banco do Brasil, e apropriadas como receita mensalmente, de acordo com a execução do objeto; e R\$ 13.200 decorrentes de alugueis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2013.

12.14 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2012	2011
Convênio Sesi/Senai	6.091	6.089
Caução de fornecedores	20.468	20.052
Outros créditos diversos	4.000	2.979
Valores a regularizar	3.800	7.264
Outros	3.502	2.147
Total	37.861	38.531

12.14.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 6.091 refere-se à parcela retida pela Empresa dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

12.14.2 – Caução de fornecedores: o valor de R\$ 20.468 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação em licitação ou para cumprimento de contratos.

NOTA 13 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

13.1 – Postalis Reservas a Amortizar

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões. Seu saldamento ocorreu em março de 2008 e o saldo registrado até então era de R\$ 632.800.

Em março de 2009, foi apresentado pelo Postalis à Diretoria da ECT o plano de custeio do benefício definido saldado, referente ao exercício de 2009, para homologação. Este documento apresentou a avaliação atuarial do plano BD saldado, com a demonstração de R\$ 793.000 como valor adicional necessário para a cobertura do risco atuarial (Reserva de Tempo de Serviço Anterior ou "serviço passado" - RTSA), decorrente do saldamento do plano BD do Postalis.

Em 05/05/2010, os Conselhos de Administração e Fiscal preferiram em decisão conjunta que a ECT reconhecesse o RTSA adicional apresentado em 2009. Dessa forma, foi reconhecido no balanço de 2009 o passivo adicional de R\$ 793.000.

Já em 30/10/2010, o Departamento de Coordenação e Governança das Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do ofício 344/2010, posicionou-se favoravelmente a que a ECT reconhecesse e assumisse a diferença do aporte da RTSA e, ainda, recomendou expressamente a contratação pela ECT da dívida de R\$ 1.489.800, dívida essa que seria considerada financeira a partir de 01/08/2010, com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano e deduzidas às amortizações dos pagamentos efetuados. Posição essa ratificada também pelo ofício número 60-DEST-MP, de 14 de fevereiro de 2011, e nota técnica 39/DEST-MP de mesma data. No âmbito interno, a aprovação ocorreu por meio do Relatório/DIGEP 040/2010, de 15/12/2010.

Em que pese o termo de convênio entre as duas partes – ECT x Postalis ainda não ter sido assinado, cabe à ECT, por prudência e em conformidade com o CPC nº 25 – Ativos e Passivos Contingentes, o registro na forma de provisão, pois esta deve ser reconhecida quando: a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Assim, a ECT passou a considerar o passivo de R\$ 1.489.800, com data base de 01/08/2010, como financeiro. Dentro desse contexto, a rubrica Postalis Reservas a Amortizar - RTSA totaliza no balanço patrimonial a importância de R\$ 1.165.500 divididos entre Circulante (R\$ 266.100) e Não Circulante (R\$ 899.400). Ressalte-se que a importância apresentada corresponde àquela constante das demonstrações financeiras do Postalis em 2012 e mensalmente são pagas parcelas ao Postalis correspondentes ao percentual de 7,507% sobre a folha de pagamento dos empregados do Plano BD ativos e dos assistidos, valor este aceito pela ECT por ocasião da aprovação do plano de custeio/2009.

Por fim, cabe mencionar que na 6ª Reunião Extraordinária da Assembléia Geral realizada em outubro de 2012 esta deliberou pela aprovação das demonstrações contábeis de 2010 e 2011 ressaltando, contudo, a necessidade de avaliação pelos órgãos competentes dos montantes registrados nas contas do Passivo de Postalis Reservas a Amortizar e Encargos Sociais, considerando a divergência de entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN em relação ao montante registrado contabilmente.

13.2 – Passivo Contingente: a ECT, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza trabalhista e cível. A companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pela área jurídica, como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2012, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

13.2.1 – Movimentação das provisões passivas contingenciadas:

Natureza	Saldo em 31/12/2011	Provisões revertidas ou com alteração de risco	Valor convertido em precatório	Provisões adicionais	Valor alterado (1)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Trabalhista	228.359	(19.603)	(18.879)	55.873	541	11.206	257.497
Civil	222.112	(14.135)	(1.068)	9.391	11	33.581	249.892
Tributária	12	(12)	-	-	-	-	-
Total	450.483	(33.750)	(19.947)	65.264	552	44.787	507.389

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais e recursais conforme valores detalhados na nota 8.3.

Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos legais com probabilidade de perda provável:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Transbrasil	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 76.696
Vasp	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 68.495
Varig	Cível Pagamento atrasado / correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	R\$ 50.021
Sindicato Regional dos Trabalhadores dos Correios de Campinas e Rio Claro.	Trabalhista Pagamento de verbas trabalhistas - progressão salarial horizontal.	R\$ 42.998.
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços - e implantação na folha de pagamento.	R\$ 26.179.
SINTECT – PI	Trabalhista URP's	R\$ 24.684

13.2.2 – Processos judiciais e administrativos não-aprovisionados

13.2.2.1 – Perda possível

Em 31/12/2012, a ECT era ré em outras 20.249 demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, já com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$ 1.462.000, bem como em mais 7.298 processos administrativos e 348 suspensos, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 4.225.000. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

13.3 – Tributos compensados: o montante de R\$ 123.068 refere-se aos tributos não recolhidos (PASEP, COFINS e INSS) e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial uma vez que a compensação foi indeferida.

	2012	2011
Tributos Compensados	123.068	120.750
Total	123.068	120.750

13.4 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2012 equivale às obrigações vencíveis em 2013:

PRECATORIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2012	2011
Precatórios (Não-Circulante)	6.492	1.962
TOTAL	6.492	1.962

13.5 – Receitas Recebidas Antecipadamente - o saldo de R\$ 1.697.197 corresponde ao saldo para acesso ao Banco Postal, mediante contrato firmado com o novo parceiro, Banco do Brasil S/A. O reconhecimento no resultado será feito proporcionalmente ao tempo de vigência do contrato que é de 05 anos.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 – Composição acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 2.683.529	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095. O novo estatuto da ECT, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, determina que o Capital Social é de R\$ 1.868.964. A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011. A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atinja o montante de R\$ 2.264.968. O valor do novo capital ainda não foi alterado no estatuto. Em 2012, juntamente com a apresentação das demonstrações financeiras, é proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reversões de investimento realizadas no decorrer do exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), fazendo com que o Capital Social atinja o montante de R\$ 2.683.529.

14.2 – Reservas de Capital: a inexistência de saldo nesta rubrica em 2012 deve-se à proposta da capitalização do valor total da reserva no montante de R\$ 37.596, referente aos bens recebidos em doação de órgãos públicos. Ver nota 17.1

14.3 – Reservas de Lucros

14.3.1 – Reserva Legal: o valor de R\$ 52.203 foi constituído mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade ao que determina o artigo 193 da Lei 6.404/76, totalizando em 2012 R\$ 331.501;

14.3.2 – Reserva para Investimentos: o Conselho de Administração aprovou a proposta orçamentária de Investimento no montante de R\$ 831.009, para o Exercício de 2013, nos termos da Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante deste contexto, foi proposta a constituição da Reserva de Investimento com o valor remanescente do resultado de R\$ 495.929. Ressalte-se que para o montante de investimentos realizados em 2012 foi proposta a capitalização da reserva, conforme nota 14.1.

14.3.3 – Reserva de Lucros a Realizar: devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011, a Administração destinou R\$ 384.270 para o pagamento de dividendos, visto que houve do ponto de vista financeiro, um acréscimo patrimonial em dinheiro pela redução dos valores a pagar destes impostos.

Total da Reserva de Lucro a Realizar	925.357
Realização do Diferido	111.206
Prejuízo Fiscal	99.725
Fornecedores provisões	11.206
Postalis	121.137
Precatórios	16.893
Provisão para Alcances	11.639
Demais Provisões	23.671
Lucro Realizado	384.270

No entanto, por decisão da 6ª Assembleia Geral Extraordinária em 18 de outubro de 2012 houve uma reversão desta reserva na ordem de R\$ 395.429 do saldo divulgado nas demonstrações financeiras de 2011.

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

15.1 – Receita Bruta de Serviços e Vendas

As receitas operacionais são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada, venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

15.2 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

Atingiu em 2012 o montante de R\$ 13.970.372. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuem com 34% e 29% da receita de vendas, respectivamente, situação esta, praticamente inalterada com relação a 2011.

RECEITA	2012	2012 (%)	2011	2011 (%)
Franqueamento Autorizado de Cartas	4.556.719	34	4.307.587	34
Sedex	3.856.718	29	3.637.253	28
Contrato de Postagem	1.376.839	10	1.288.810	10
Selo Estampado	805.212	6	963.910	7
Prático, Acessível e Confiável (PAC)	764.190	5	580.894	4
Marketing Direto Postal	607.689	4	612.991	5
Malote/Serca	491.862	4	457.207	4
Filatelias	489.583	4	342.804	3
Banco Postal	225.059	2	322.883	3
Entrega de Livros (FNDE)	219.683	1	237.186	2
TOTAL	13.393.554	100	12.751.525	100

15.3 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2012 atingiram R\$ 10.205.371. Desse total, R\$ 6.804.813 são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

15.4 – Despesas Operacionais

15.4.1 – Vendas

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1.507.002.

15.4.2 – Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da empresa e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.611.507.

15.4.3 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Referem-se aos ganhos ou perdas que decorrem de transações que não constituem atividades ordinárias, conforme a seguir detalhado, com destaque para as luvas do Banco Postal que passaram de R\$ 5.961 para R\$ 47.137 ao mês após a nova concessão do Banco Postal para o Banco do Brasil, a partir de janeiro/2012:

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	2012	2011
Outras Receitas Operacionais	827.315	211.273
Anuidade de ACFs	8.824	2.353
Aluguel de Imóveis	946	1.269
Taxa de Ocupação	488	454
Multas de Clientes	28.766	23.085
Multas de Fornecedores	65.811	59.225
Despesas Recuperadas	111.074	24.720
Dividendos/JSCP	166	95
Receita de Variação Monetária	210	227
Taxa de Concurso Público-Próprio	-	35.888
Taxa Permissão Unidades Terceirizadas	2.067	620
Taxa de Uso de Máquina de Franquear	3.407	3.261
Luvas – Banco Postal		

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

16.1 – Imposto de renda e contribuição social no resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias federais publicadas e em vigência na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

Demonstrativo da Despesa de IR e CSLL		
	2012	2011
Lucro Antes do JSCP	1.451.809	1.158.398
Juros Sobre Capital Próprio	(239.590)	(204.459)
Lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	1.212.219	953.939
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	412.136	324.345
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	4.315	9.579
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	(31.992)	29.093
	2012	2011
Despesa Contabilizada		
Adições	885.803	490.578
Exclusões	(917.795)	461.485
Patrocínio Incentivado	(6.703)	(2.719)
Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	(6.785)	(7.302)
Fundo Nacional do Idoso	(135)	0
Total IRPJ e CSLL	407.748	275.652
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(31.992)	128.818
Imposto de renda/contribuição social correntes	375.756	404.470

16.2 – Imposto de renda e contribuição social no diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa. A seguir o detalhamento:

Ativo Fiscal Diferido	Do Período Anterior 2011		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2012		31/12/2012		Do período 2012
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Baixa	Saldo	Baixa				
Diferenças Temporárias	29.093	825.632	1.004.314	(1.025.467)	804.480						(21.153)
Contingências Trabalhistas		77.642	24.310	(14.403)	87.549						
Contingências Cíveis		75.518	16.737	(7.292)	84.963						
Fornecedores Provisão		110.812	823.648	(789.720)	144.740						
Reservas a Amortizar - S. Pas.		469.764	50.510	(123.970)	396.303						
Outras Provisões		91.897	89.110	(90.083)	90.924						
Prejuízo/Base Negativa	99.725	99.725	88.885	(99.725)	88.885						(10.839)
Créditos Tributários											
Ativos	128.818	925.357	1.093.200	(1.125.192)	893.365						(31.992)
CSLL	34.109	244.947	289.101	(297.570)	236.479						(8.468)
IRPJ	94.709	680.410	803.099	(826.563)	656.886						(23.524)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Ano	Valores
2013	341.214
2014	209.817
2015	130.087
2016	80.654
2017 em diante	131.593
Saldo	893.365

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 – Reserva de Capital

Conforme disciplina o art. 200, inciso IV da Lei 6.404/76, em 2012, é proposta a capitalização do valor total da reserva no montante de R\$ 37.633 referente a bens recebidos em doação de órgãos públicos, sendo a maior parte dos bens incorporados quando da constituição da ECT, pelo Decreto-Lei 509/69.

17.2 – Reserva Legal

Seu saldo inicial de R\$ 279.298 foi acrescido de R\$ 52.203 referentes à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, totalizando em R\$ 331.501.

17.3 – Reserva para Investimentos

Foi constituída a importância de R\$ 495.929, referente ao lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e proposta a capitalização de R\$ 380.965, conforme nota 14.3.2.

17.4 – Reserva de Lucros a Realizar

A redução do saldo da Reserva justifica-se pela realização de R\$ 384.270 de IRPJ/CSLL diferidos de exercícios anteriores a 2011 realizados em 2012, fato que representou um acréscimo patrimonial em dinheiro devido à diminuição dos valores a pagar destes tributos.

Brasília, 25 de março de 2013.

A Diretoria

Wagner Pinheiro de Oliveira
Presidente

Luis Mario Lepka
Vice-Presidente Econômico-Financeiro

José Furian Filho
Vice-Presidente de Logística e Encomendas

Antônio Luiz Fuschino
Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura

Nelson Luiz Oliveira de Freitas
Vice-Presidente de Administração

Larry Manoel Medeiros de Almeida
Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

Cleucio Santos Nunes
Vice-Presidente Jurídico

Maria da Glória G. dos Santos
Vice-Presidente de Clientes e Operações

Morgana Cristina Santos
Vice-Presidente de Negócios

Hudson Alves da Silva
Contador CRC/DF 14022/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionista da
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Brasília/DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da ECT. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para Opinião com Ressalvas

Fomos contratados como auditores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT muito após a data de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não acompanhamos as contagens de disponibilidades em caixa naquela data. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto à efetiva existência física do saldo representativo do caixa, no montante de R\$ 338.458.395,88. Como consequência, não nos foi possível opinar sobre a adequação desse saldo e possíveis reflexos nas demonstrações financeiras. Conforme nota 4.1, nas demonstrações financeiras a conta caixa R\$ 1.032.676,68 está apresentada líquida dos valores do banco postal R\$ 337.425.719,20.

Fomos contratados como auditores da ECT muito após a data de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico de estoques naquela data, registrados no ativo circulante pelo montante de R\$ 58.366.214,63, conforme nota 6. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2012. Como os estoques iniciais não computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar ajustes que teriam sido necessários às demonstrações financeiras.

Conforme mencionado nas notas 5.5 e 12.8, a ECT possui registrado no ativo circulante o montante de R\$ 172.516.817,84 como débitos internacionais a receber, e no passivo circulante o montante de R\$ 44.086.726,88 como contas internacionais a pagar, para as quais, por dificuldades na geração e manutenção de controles internos, a Empresa não consegue demonstrar a adequação da composição desses saldos contábeis, respectivos devedores/credores, as liquidações subsequentes e a comparabilidade dos referidos saldos com as operações efetivamente realizadas/contratadas até 31 de dezembro de 2012, motivo pelo qual não nos foi possível opinar sobre a adequação desses saldos e possíveis reflexos nas demonstrações financeiras.

Conforme pode ser observado no contido na nota 2.12 a ECT continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo a NBC TG 27 (IAS 16) – Ativo Imobilizado.

Conforme mencionado nas notas 12.3 e 13.1, a ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, pelo qual é patrocinadora de um plano de

Total da Reserva de Lucro a Realizar	925.357
Realização do Diferido	
Prejuízo Fiscal	99.725
Fornecedores provisão	111.206
Postais	121.137
Precatórios	16.893
Provisão para Alcanços	11.639
Demais Provisões	23.671
Lucro Realizado	384.270

No entanto, por decisão da 6ª Assembleia Geral Extraordinária em 18 de outubro de 2012 houve uma reversão desta reserva na ordem de R\$ 395.429 do saldo divulgado nas demonstrações de 2011.

17.5 – Dividendos mínimos / JCP (25%) e Dividendos Adicionais Antecipados

O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, para o pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos da ordem de 50% dos lucros, por determinação da União, desde o exercício de 2006.

Deste modo, a fim de atender a legislação o valor de R\$ 350.000 apresentados na DMPL de 2011 na rubrica Dividendos da União e JCP foi reapresentada conforme segue:

Dividendos mínimos / JCP (25%)	(135.350)
Dividendos Adicionais Antecipados	(214.650)
Total	(350.000)

NOTA 18 – SEGURO DOS BENS

A ECT não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto pelos imóveis (prédios) discriminados abaixo, vinculados à Administração Central em Brasília/DF e às regionais da Bahia, Rio Grande do Sul que são acobertados por seguros contra incêndio, raio, explosão e alagamento (este último, somente para os edifícios sede da Administração Central e da Bahia):

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Allianz Seguros S/A	147.998
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Mapfre Vera Cruz Seguradora	6.759
Universidade Correios	Tóquio Marine Brasil Seguradora S.A.	23.072
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	22.443
Agência de Brotas	Mapfre Vera Cruz Seguradora	118
Edifício Sede/RS	Mapfre Vera Cruz Seguradora	23.536

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa Chartis Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais referente às operações aeronáuticas da ECT, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 – Plano de Cargos e Salários: o Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2012, a maior e a menor remunerações sem vantagens atribuídas aos empregados ocupantes de cargos permanentes relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 1 e R\$ 39, respectivamente. Considerando o benefício vale alimentação/refeição, essas remunerações passam para R\$ 1 e R\$ 40, respectivamente. A remuneração média sem vantagens do exercício de 2012 foi de R\$ 2 para os empregados e R\$ 35 para os dirigentes.

A ECT não concede benefícios aos administradores, exceto, a participação nos lucros. Aos empregados são concedidos, além do previsto na legislação trabalhista, a participação nos lucros e assistência médica para empregados aposentados.

19.2 – Assistência Médica e Promoção à Saúde

Por ser uma operadora de autogestão patrocinada singular/RH está desobrigada de enviar informações econômico-financeiras à Agência Nacional de Saúde, contudo deve apresentar as despesas de prestação de assistência à saúde de forma separada em suas demonstrações financeiras. Nesse contexto, discriminamos a seguir tais despesas:

Rubrica	2012	2011
Taxa de Saúde Suplementar – SUS	-	(57)
Serviço Médico Social – Pessoa Física	34.344	32.529
Serviço Médico Social – Pessoa Jurídica	713.395	595.187
Promoção à Saúde e Segurança	2.407	1.976
Serviço Médico Aposentados	96.392	77.277
Auditoria Médica	2.535	1.254
Cartão Farmácia	11.562	-
TOTAL	860.635	708.166

benefício definido para os empregados. Segundo o pronunciamento técnico CPC 33-R1 (IAS 19) – Benefícios a Empregados, é exigido que seja atribuído benefício aos períodos corrente e anteriores, a fim de determinar o valor presente das obrigações do plano de benefício definido, uma vez que a obrigação surge à medida que os empregados prestam serviços, embora o pagamento ocorra em períodos futuros. As técnicas atuariais permitem que seja mensurada essa obrigação com confiabilidade suficiente para justificar o reconhecimento do passivo, sendo que a ECT não vem reconhecendo a obrigação desta forma. Consta registrado no passivo da ECT apenas o montante de R\$ 1.165.474.324,94 (R\$ 266.071.496,15 no passivo circulante mais R\$ 899.402.828,79 no passivo não-circulante) a título Reserva de Tempo de Serviço Anterior Saldo a Amortizar. Por outro lado, nas demonstrações financeiras do POSTALIS, conforme parecer atuarial e relatório dos auditores independentes, o plano de benefício definido teria uma provisão matemática a constituir no montante de R\$/Mil 1.165.474, a título de "Serviço Passado" e R\$/Mil 985.023, a título de "Déficit Equacionado".

Embora tenha havido a apresentação retrospectiva de saldos de períodos anteriores modificados, conforme descrito na nota 3, identificamos que existiram outras receitas e despesas lançadas no resultado do exercício social de 2012 (em contrapartida às contas de depósitos judiciais, contas internacionais a receber/pagar, obras em andamento e Irpj/CSll), no montante líquido aproximado de R\$ 80 milhões em despesas, advindos de eliminação de erros de períodos anteriores, os quais, segundo o pronunciamento técnico CPC 23 (IAS 08) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, também deveriam ser tratados como reapresentação retrospectiva por tratar-se de correção do reconhecimento, da mensuração ou da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis anteriores.

Opinião com Ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo sobre a base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Existem ativos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com valor contábil substancialmente depreciado, ou mesmo, igual a zero, e que continuam em operação e gerando benefícios econômicos, contudo, dentre as práticas contábeis, a Empresa ainda não optou pela adoção de custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme divulgado na nota 2.14.

Em 28 de fevereiro de 2013, o Plenário do STF, ao concluir o julgamento do Recurso Extraordinário 601392/PR, decidiu que os serviços prestados pela ECT estão abrangidos pela imunidade recíproca (CF, art. 150, VI, a, e §§ 2º e 3º), fundamentado que a extensão do regime de imunidade tributária seria natural, haja vista que a ECT seria longa manus da União e que as demais atividades econômicas exercidas pela ECT existiriam para custear o desempenho daquela sob reserva constitucional de monopólio. Considerando que a decisão foi proferida em 2013, que ainda não houve a publicação do acórdão, que existem obscuridades em relação aos tributos abrangidos (somente os impostos sobre os serviços, ou também os impostos sobre o patrimônio, a renda, a comercialização e as contribuições sobre as receitas) e em relação aos períodos temporais abrangidos (passado ou somente a partir da decisão), não é possível mensurar os efeitos da decisão em relação às atuais contingências tributárias da ECT, que estão classificadas pelos consultores jurídicos como de risco remoto de perdas, bem como em relação a eventuais necessidades de repetição de débitos tributários, e dos impactos que causarão nas demonstrações financeiras.

Outros Assuntos

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Empresa, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do valor adicionado foi submetida a procedimentos de auditoria e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 18 de abril de 2013.

Paulo Sergio da Silva Luiz Fernando Wollz
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF Contador CRCPR Nº 039.474/O-3 S-DF

RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR Nº 002.906/O-5